



**Companhia Celg de Participações -
CELGP**

**CNPJ 08.560.444/0001-93
CAPITAL ABERTO**

**Relatório da Administração
Exercício findo em
31 de dezembro de 2017**

MENSAGEM AOS ACIONISTAS

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação dos senhores acionistas o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia Celg de Participações – CELGPAR (“CELGPAR”), acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal, bem como as Declarações dos Diretores que reviram, discutiram e concordaram com as Demonstrações Financeiras e as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes, conforme disposto no art. 25º, § 1º, incisos V e VI da Instrução CVM Nº. 480, de 7 de dezembro de 2009, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

Informamos que as Demonstrações Financeiras Consolidadas apresentadas estão em conformidade com os padrões estabelecidos pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, chamados de *International Financial Reporting Standards* – IFRS, e por sua vez, em conformidade com os normativos formulados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

A CELGPAR, tendo o Estado de Goiás como seu principal controlador, jurisdicionada à Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos de Goiás - SECIMA, foi constituída em 4 de dezembro de 2006, proveniente da segregação de ativos da Companhia Energética de Goiás, sendo criada por Escritura Pública, conforme autorização concedida pela Lei Estadual nº 15.714 de 28 de junho de 2006. A CELGPAR é uma Companhia por ações de capital aberto, constituída com o objetivo principal de atuar como holding, participando no capital de outras sociedades dedicadas às atividades de Distribuição, Transmissão, Geração e Comercialização de energia elétrica.

Atualmente, a holding detém a participação acionária na subsidiária integral CELG Geração e Transmissão S.A. – CELG GT (“CELG GT”), em função da liquidação financeira do leilão de desestatização da CELG Distribuição S.A. – CELG D (“CELG D”), ter ocorrido em 14 de fevereiro de 2017.

Dentre as realizações ocorridas no ano de 2017, no âmbito da CELGPAR e da CELG GT, destacam-se principalmente as seguintes: 1) atuação da CELGPAR no sentido de fortalecimento do fluxo de caixa da sua subsidiária integral, especificamente pela capitalização do montante de dividendos distribuídos pela CELG GT, referente ao exercício social anterior, bem como pela realização de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFAC, que culminaram com a acentuação da curva de investimentos da CELG GT no ano de 2017, com vistas a se manter e perpetuar a situação de equilíbrio econômico-financeiro da concessão de Geração e Transmissão; e 2) pagamento, no montante de R\$794 milhões, da CELGPAR ao Tesouro Estadual, como parte de quitação da obrigação decorrente da assunção de dívida assumida pelo Estado de Goiás com a Caixa Econômica Federal, mediante a utilização dos recursos advindos da alienação das ações da CELG D, por conta da concretização do seu processo de desestatização.

Por todos estes aspectos, a administração da CELGPAR agradece a colaboração de seus empregados, clientes, fornecedores, acionistas e sociedade, em especial o apoio recebido pelo acionista majoritário, na pessoa do Governador Marconi Ferreira Perillo Júnior.

Braulio Afonso Morais
Presidente

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Em milhares de Reais ou em outra base quando indicado)

1- CENÁRIO MACROECONÔMICO

A economia brasileira em 2017 apresentou, após dois anos com queda no Produto Interno Bruto - PIB à taxas consideravelmente altas (-3,5% em 2015 e -3,5% em 2016), um registro de crescimento de 1%, enquanto o PIB Mundial cresceu à razão de 3%. No período de 2015 a 2017, o país apresentou resultados piores inclusive que os da América Latina (-0,5% em 2015, -1,6% em 2016 e, crescimento de 1,5% em 2017).

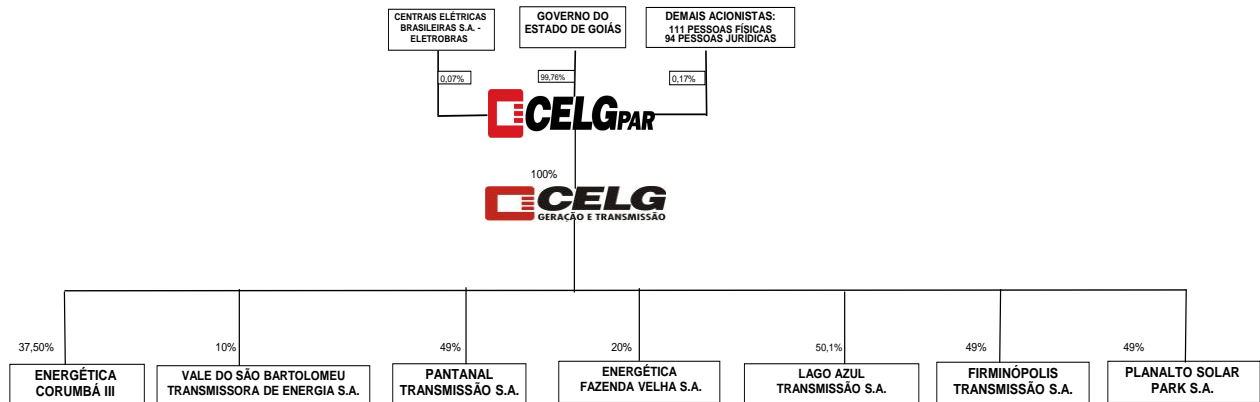
Tal situação foi agravada pelos resultados primários e aumentos das dívidas do Setor Público, o que além de impactar na oscilação do Risco País, refletiu nos níveis de desemprego, que saltou da casa dos 7% em 2014 para mais de 12% em 2017, além da redução no rendimento real da população ocupada, chegando em -2% em 2016, mas com registro de crescimento de 2% em 2017.

Além destes aspectos, destaca-se que após quedas significativas desde 2012, o crédito deverá apresentar tímido crescimento, ainda muito inferior aos patamares daquele ano, motivado inclusive pela redução da taxa Selic, que saiu de 13,75% em 2016 para 7% em 2017, em que o capital então destinado ao mercado financeiro, deverá movimentar-se para as atividades econômicas e para o próprio mercado de capitais.

2- ANÁLISE SETORIAL

2.1 – GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

A CELG GT foi criada após a cisão das atividades de Distribuição, Geração e Transmissão, determinada pelo Poder Concedente através da Lei nº. 10.848/2004. A Companhia é uma subsidiária integral da CELGP, sendo a atual composição acionária a seguinte:



Atualmente, a Controlada CELG GT possui participação em duas Sociedades na área de Geração (Corumbá III e Energética Fazenda Velha), além de participar de 26 projetos de geração a partir de fonte hidrelétrica (discriminados no item 2.1.2). Participa, ainda, de quatro sociedades de propósito específico – SPE já constituídas no segmento de Transmissão (Vale do São Bartolomeu Transmissora, Pantanal Transmissão, Lago Azul Transmissão e Firminópolis Transmissão) e de uma SPE no segmento de Geração Fotovoltaica (planta de 5MW) em fase pré-operacional denominada Planalto Solar Park S.A., a ser implantada na Subestação Planalto, no município de Morrinhos – GO.

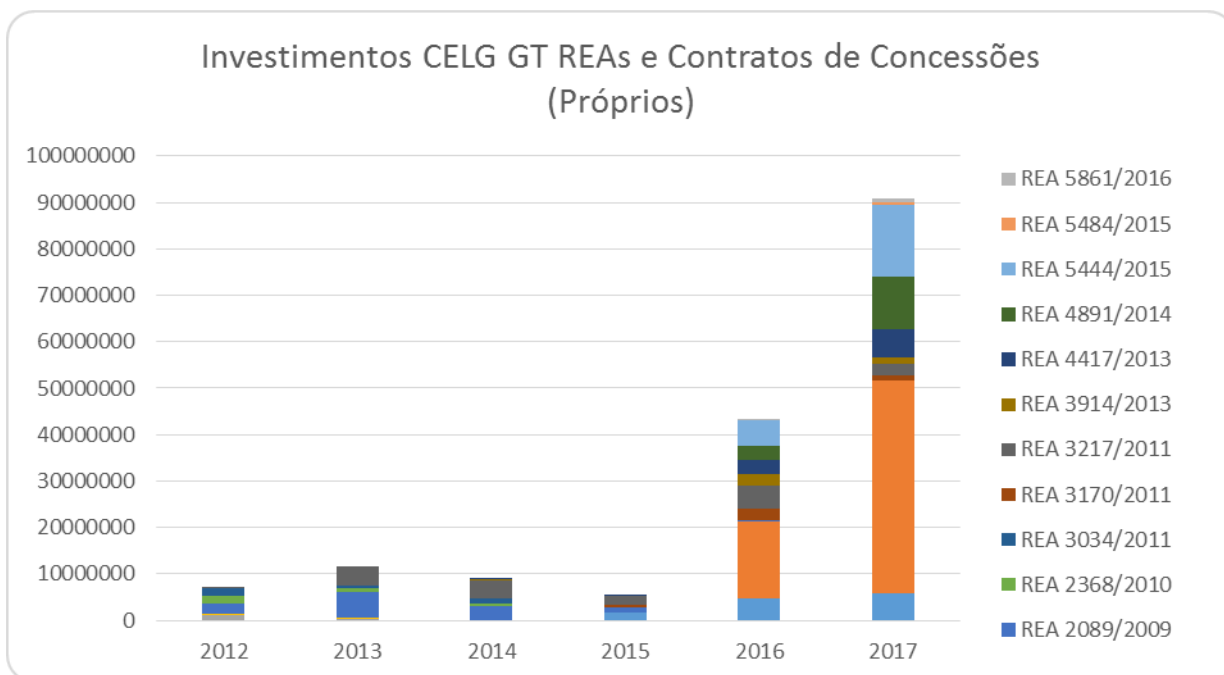
2.1.1 ATIVIDADES DE TRANSMISSÃO

No encerramento do exercício social de 2017, em decorrência do Contrato de Concessão Corporativo de Transmissão nº 063/2001, a Controlada CELG GT detinha 744,7 km de Linhas de Transmissão situadas no Estado de Goiás.

Além das Linhas de Transmissão, a Controlada CELG GT opera e mantém 12 subestações, as quais possuem atualmente capacidade instalada de 2.583,4 MVA.

De forma complementar, a Controlada CELG GT possui mais dois Contratos de Concessão Corporativos de Transmissão, de números 003/2015 e 004/2016, referente a implantação de Linha de Transmissão 230KV de 11km (LT Itumbiara-Paranaíba), e implantação de Compensador Estático de 300MVA na SE Luziânia, respectivamente.

Nos últimos cinco anos a Controlada CELG GT investiu mais de R\$ 146.000 nos Contratos de Concessões 003/2015 e 004/2016, bem como em uma série de reforços previstos em diversas Resoluções Autorizativas, cuja representação gráfica de investimentos em transmissão consta na tabela a seguir:



Desta forma, observa-se que a Controlada CELG GT mais que dobrou os investimentos em 2017, saindo do patamar de R\$ 42.700 em 2016 para R\$ 90.900 em 2017. Por sua vez, e de acordo com orçamento de 2018, verifica-se a previsão de investimentos na transmissão da ordem de R\$ 94.000.

2.1.2 ATIVIDADES DE GERAÇÃO

A Controlada CELG GT, em função da sua participação no Leilão Aneel nº. 12/2015, detém a concessão da Usina de Rochedo até 04 de janeiro de 2046, conforme Contrato de Concessão nº. 002/2016. Além disso, a empresa continua operando temporariamente a Usina de São Domingos, em atendimento à Portaria nº. 352/2013, emitida pelo Ministério das Minas e Energia - MME.

Com relação à Geração Própria, a Controlada CELG GT está desenvolvendo estudos para a ampliação da capacidade instalada da Usina de Rochedo, o que deverá ser submetido aos agentes institucionais e, quando devidamente autorizado, deverá envolver investimentos da ordem de R\$ 40.000, objetivando triplicar a capacidade instalada.

A Controlada CELG GT detém também 15% da energia gerada na UHE Corumbá III, que equivale a 14,2MW médios de Potência Instalada, e 20% da energia a ser gerada na PCH Energética Fazenda Velha, que equivale a 3,3 MW médios de Potência Instalada. Esta última entrou em operação comercial no dia 11 de maio de 2016.

A Controlada CELG GT também participa de 26 projetos de geração a partir de fonte hidrelétrica por meio de Consórcios, cuja soma da capacidade instalada é da ordem de 643MW, sendo a participação média da CELG GT de 18,19%, listados a seguir:

Projetos	Usinas	Rio	Estado	Pot. (MW)	Pot. Prop. (MW)	Participação da Controlada CELG GT
Estudos de Viabilidade de UHE >50 MW	São Domingos	Paraná	TO	48	12	25%
	Nova Roma		GO	45	11,25	25%
	Paraná		TO	90	22,5	25%
	Foz do Atalaia		GO	42	10,5	25%
Projetos Básicos com Aceite da ANEEL <50 MW	PCH Mota	Meia Ponte	GO	26	2,6	9,90%
	PCH Chapéu		GO	27	2,7	9,90%
	PCH Aloândia		GO	19	1,9	9,90%
	PCH Cach. do Meia Ponte		GO	29	2,9	9,90%
	PCH Meia Ponte		GO	22	2,2	9,90%
	PCH Campo Limpo		GO	25,5	2,5	9,90%
	PCH Sta. Rosa		GO	26	2,6	9,90%
	UHE Érico B. Freitas	Claro	GO	39,5	7,9	20%
	UHE Salto Duran		GO	39,5	7,9	20%
	PCH Ari Franco		GO	26,5	5,3	20%
	PCH Pontas		GO	18	3,6	20%
	PCH Boa Vista	Mosquito	GO/TO	5,1	1,5	30%
	São Bartolomeu		GO/TO	6	1,8	30%
	Toco Preto		GO/TO	6	1,8	30%
	Mosquito		GO/TO	6,4	1,9	30%
	PCH Salto	Piracanjuba	GO	21	4,2	20%
	PCH Caldeirão	Claro	GO	9,5	0,9	9,90%
	PCH Esmeril.		GO	14,2	1,4	9,90%
	PCH Israelândia.		GO	11,5	1,1	9,90%
	PCH T Campo.		GO	17,9	1,8	9,90%
PCH Matrinchã	GO		23	2,3	9,90%	
TOTAL				643,6	117,05	18,19%

2.1.3 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em 2017, o lucro líquido da Controlada CELG GT foi de R\$ 88.210, comparativamente ao lucro líquido de R\$ 242.480 apresentado em 2016. A receita operacional líquida atingiu R\$ 249.320, enquanto em 2016 situou-se em R\$ 441.600. Não obstante a Controlada ter reconhecido, em 2016, a Receita decorrente da indenização proveniente do Laudo de Avaliação dos Ativos de Transmissão da RBSE/RPC, verifica-se, em 2017, a manutenção dos incrementos das Receitas Anuais Permitidas, conjuntamente às receitas financeiras da concessão e, por sua vez, da receita de construção de ativos próprios, em patamares mais do

que suficientes para a cobertura dos seus custos e despesas operacionais, levando-a à condição de resultado operacional positivo na casa dos R\$ 95.020 em 2017.

Os custos operacionais totalizaram em 2017 o montante de R\$ 122.620, 91,59% superiores em relação à 2016, destacando-se os custos com Pessoal/Administradores, Serviços de Terceiros e Custos de Construção, que representaram 13,12%, 4,53% e 80,96%, respectivamente, do total dos custos operacionais.

As despesas operacionais totalizaram em 2017 o montante de R\$ 31.690, 6,96% superiores em relação à 2016, destacando-se os custos com Pessoal/ Administradores, Serviços de Terceiros e Provisão para Contingências, que representaram 60,42%, 11,59% e 8,37%, respectivamente, do total das despesas operacionais.

O EBITDA de 2017 (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização), da Controlada CELG GT totalizou R\$ 97.000 positivos, inferior ao montante apontado no exercício de 2016, fechado em R\$ 342.000 positivos, refletindo, principalmente, os efeitos advindos do reconhecimento da receita financeira da concessão de transmissão, aumento gradual das Receitas Anuais Permitidas – RAP, e pelo fato de que o ajuste do ativo financeiro de transmissão decorrente do valor de indenização apontado no Laudo de Avaliação dos Ativos de Transmissão da RBSE/RPC, ter ocorrido apenas no exercício de 2016, ou seja, tratou-se de ajuste atípico decorrente de excepcionalidade de caráter regulatório. Assim sendo, percebe-se que o EBITDA de 2017 da Controlada CELG GT refletiu uma situação depurada em termos de receitas operacionais.

Nesta mesma linha, verifica-se que o EBITDA de 2017 da Controlada CELG GT se manteve em patamar positivo e ascendente, revertendo a situação histórica de EBITDA negativos desde o exercício de 2013, ou seja, observou-se que a manutenção operacional da Controlada se fundamentou na recuperação gradativa de suas receitas, aporte de sua acionista CELGPARG para fazer face ao seu plano de investimentos – que refletirão diretamente no incremento de novas receitas, e na reconfiguração do seu resultado financeiro, a partir do decréscimo acentuado nos seus encargos de dívidas, principalmente as de caráter mais oneroso.

O Patrimônio Líquido da Controlada CELG GT teve um aumento de 18,36% em 31 de dezembro de 2017, encerrando o exercício em R\$ 802.520. A estrutura de capital encerrou o exercício com 75,75% de capital próprio e 24,25% de capital de terceiros, sendo que a maior participação de capital de terceiros se referiu ao montante de dividendos a pagar distribuídos à Controladora CELGPARG, aos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFAC efetuados pela Controladora CELGPARG, e aos tributos diferidos devidamente reconhecidos.

2.1.4 ASPECTOS ORGANIZACIONAIS

A Controlada CELG GT finalizou o exercício de 2017 mantendo o ritmo de sua reestruturação, tanto em termos de infraestrutura interna (recursos de Tecnologia de Informação), quanto em termos de recursos humanos. Como parte relevante deste processo, após a realização do Concurso Público em 2014, foram convocados 57 profissionais em 2015, 26 profissionais em 2016 e 24 empregados em 2017. Considerando as mutações de saídas e entradas de empregados, a Controlada CELG GT alçou crescimento do quadro próprio da ordem de 113% nos últimos três anos, saindo do quadro de 92 empregados em 2014 para o quadro de 189 empregados em 2017.

Somados a estes fatores, com relação à estratégia de atuação, a Controlada CELG GT consolidou e ratificou o seu Planejamento Estratégico para o quinquênio 2017-2021, tendo como principais objetivos: i) alavancar projetos rentáveis, ii) ampliar o sistema de Geração e Transmissão de Energia Elétrica e assegurar a pontualidade na Entrega das Obras, iii) estruturar a Governança Corporativa com base na Prestação Responsável de Contas, iv) manter o crescimento das Receitas, a geração de caixa operacional para garantir o equilíbrio econômico-financeiro, e v) garantir retorno aos acionistas através da distribuição de dividendos.

3 - DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

3.1 – SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA E PATRIMONIAL

Até 30/06/2009 a CELGPARG manteve as suas atividades operacionais mediante a utilização dos recursos disponibilizados pela sua Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. – Celg GT, através do contrato de mútuo número AJU 002/2007, firmado em 26 de setembro de 2007, e renovado pelo 1º termo aditivo de 27 de junho de 2008, com vigência até 30 de julho de 2009, ocorrendo a quitação desta obrigação com a Controlada no ano de 2011.

A partir de 30/06/2009 até 31/12/2017, por intermédio do acionista controlador, ocorreram os seguintes adiantamentos para futuro aumento de capital – AFAC, totalizando R\$1.252.877, cujas principais mutações encontram-se abaixo evidenciadas:

- a) R\$16.585 em datas distintas desde 30/06/2009, distribuídas no quadro abaixo, que objetivaram ofertar a continuidade operacional da Controladora. Do total de adiantamentos, R\$470 ocorreram no exercício social de 2015, objetivando preservar o fluxo de caixa da Celgpar neste período e, por sua vez, cobrir suas despesas operacionais;
- b) R\$100.000, em 29 de dezembro de 2011, ingressante na CELGPARG e aportado posteriormente na CELG D, objeto da 1ª tranche do acordo firmado entre a CELGPARG, o Estado de Goiás e a Eletrobras;
- c) R\$1.270.111, em 16 de maio de 2012, ingressante na CELGPARG e aportado posteriormente na CELG D, objeto da 2ª tranche do acordo firmado entre a CELGPARG, o Estado de Goiás e a Eletrobras;
- d) R\$35.720, em 30 de setembro de 2014, ingressante na CELGPARG e aportado posteriormente na CELG D;
- e) Do montante adiantado pelo Estado de Goiás na CELGPARG, R\$ 169.539 foram repassados ao acionista majoritário no exercício social de 2017, como forma de quitação parcial da assunção de dívida efetuada por este com a Caixa Econômica Federal, a favor da CELGPARG. Apesar deste repasse, o

Estado de Goiás, por meio do Ofício nº 646, de 1º de novembro de 2017, de emissão da Secretaria da Fazenda, ratificou a decisão de promover a capitalização dos créditos remanescentes destes Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital, mediante o cumprimento das formalidades legais/societárias de futuro processo de chamamento para aumento de capital, a ser promovido pela CELGPAR no decorrer do exercício social de 2018.

DATA	VALOR DO AFAC EM MIL
22/06/2009	717
29/09/2009	300
06/01/2010	509
09/04/2010	250
27/05/2010	250
09/06/2010	250
14/07/2010	150
16/08/2010	200
30/08/2010	200
13/09/2010	200
30/11/2010	249
06/04/2011	1.454
11/05/2011	1.454
07/07/2011	1.454
10/08/2011	1.454
19/09/2011	1.454
26/10/2011	1.455
29/12/2011	100.000
16/05/2012	1.270.111
31/10/2012	2.000
10/03/2014	235
26/03/2014	235
15/04/2014	235
14/05/2014	235
23/06/2014	235
29/08/2014	235
30/09/2014	35.720
30/09/2014	235
31/10/2014	235
28/11/2014	235
31/03/2015	235
30/04/2015	235
31/12/2017	-169.539
TOTAL	1.252.877

Dados e Indicadores Econômico-Financeiros Individuais

Indicadores	31/12/2016	31/12/2017	Varição em Módulo 31/12/2016 - 31/12/2017
PMSO (Pessoal/Material/Serv. de Terceiros e Outros) R\$ mil	2.490	4.003	60,76%
Resultado do Serviço - EBIT (R\$ mil)	(2.659)	(4.290)	61,34%
EBITDA (R\$ mil)	(2.657)	(4.287)	61,35%
Lucro Líquido (R\$ mil)	1.444.026	124.768	-91,36%

Fonte: DGC-CONT - CONTADORIA

Dados e Indicadores Econômico-Financeiros Individuais

Indicadores	31/12/2016	31/12/2017	Varição em Módulo 31/12/2016 - 31/12/2017
Liquidez Seca	3,9829092	16,0712900	303,51%
Liquidez Corrente	3,9829092	16,0712900	303,51%
Ativo Total - (R\$ mil)	1.973.259	1.012.560	-48,69%
Passivo Circulante e Não Circulante - (R\$ mil)	3.873.885	2.788.820	-28,01%
Patrimônio Líquido - PL (R\$ mil)	(1.900.626)	(1.776.260)	-6,54%

Fonte: DGC-CONT - CONTADORIA

Conforme dados e indicadores econômico-financeiros individuais, ocorreu no exercício social de 2017 um incremento nos indicadores de liquidez, devido a alteração na estrutura de capital da CELGPAR, decorrente dos seguintes fatores: a) aumento no Ativo Circulante, em função do reconhecimento dos dividendos distribuídos pela Controlada CELG GT, no total de R\$ 20.950; b) realização no total de R\$ 1.104.303 no Ativo Circulante, referente ao montante recebido pela CELGPAR em decorrência do processo de alienação de 49% das ações da CELG D, à contrapartida da quitação de tributos sobre o lucro (Imposto de Renda e Contribuição Social), pagamento parcial de assunção de dívida e devolução de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital ao Estado de Goiás; e c) decréscimo no seu Passivo Circulante, em função do pagamento de tributos sobre o lucro no decorrer do exercício de 2017.

Verificou-se também variações relevantes nos seguintes indicadores: a) PMSO (pessoal, materiais, serviços de terceiros e outros): em função da incorporação da correção pelo índice de inflação acumulado no Acordo Coletivo de Trabalho de 2017 (data-base em 1º de maio/2017), bem como a incorporação das obrigações com a folha de pagamento/encargos da Diretoria de Gestão Corporativa da CELGPAR; b) EBIT e EBITDA: pelas mesmas motivações relacionadas ao PMSO; e c) Diminuição no Lucro Líquido do exercício de 2017 comparativamente ao Lucro Líquido de 2016, sendo o exercício de 2016 atípico em termos de resultado, em função do reconhecimento do ganho de capital pela alienação das ações de propriedade da CELGPAR na CELG D, ganho este que foi o principal componente do Lucro Líquido neste exercício.

Com relação às demais mutações patrimoniais e de resultado ocorridas em 2017, observa-se que elas se fundamentaram principalmente pelo incremento no valor patrimonial do investimento na Controlada CELG GT, decorrente de capitalização de créditos (referente aos dividendos distribuídos do exercício de 2016) no valor de R\$57.952, efetuado pela CELGPAR, e de apuração de lucro líquido do exercício de R\$88.209, por parte da Controlada CELG GT.

3.2 – VARIAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

A receita operacional bruta consolidada da CELGPAR, no ano de 2017, foi de R\$ 271.855, sendo que 91,71% ou o equivalente a R\$ 249.321 correspondem ao total da Receita

Líquida, e os demais 8,29% equivalem às deduções da receita. A receita operacional bruta consolidada em 2017 apresentou aumento nas seguintes rubricas da Controlada CELG GT: a) incremento da Receita Anual Permitida – RAP; b) aumento da receita financeira da concessão de transmissão; e c) aumento da receita de construção vinculada ao crescimento acentuado na sua curva de investimentos.

O total dos custos e despesas operacionais do consolidado, no ano de 2017, foi de R\$ 158.590. A maior parcela corresponde aos custos gerenciáveis com pessoal, material, serviços de terceiros e custos de construção, que totalizaram R\$ 149.730.

3.3 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)

O Patrimônio Líquido Negativo consolidado da CELGPAR, em 31 de dezembro de 2017, totalizou em (R\$ 1.776.260), denotando ainda uma situação de passivo a descoberto. No entanto, houve um decréscimo nesta situação, comparativamente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, fundamentado na retenção do lucro líquido do exercício de 2017, no montante de R\$ 124.768, que serviram de base para a absorção contra os prejuízos acumulados da CELGPAR (artigo 189 da Lei nº 6.404/1976).

Destaca-se em termos de mutação do Patrimônio Líquido Consolidado a apresentação, no exercício de 2017, de um lucro líquido após IR e CSLL de R\$ 124.768 em comparação ao lucro líquido de R\$ 1.444.026 do exercício de 2016 (atípico devido ao impacto provocado pela alienação da participação acionária da CELGPAR na CELG D), fundamentado principalmente nos seguintes fatores: a) resultado financeiro positivo decorrente das receitas financeiras da aplicação dos recursos da alienação das ações da CELG D; b) resultado da equivalência patrimonial positivo na Controlada CELG GT, no total de R\$ 88.209; c) provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido correntes, no total de R\$ 27.993; e d) provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferidos, no total de R\$ 22.287.

3.4 – INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS CONSOLIDADOS

Dados e Indicadores Econômico-Financeiros Consolidados

Indicadores	31/12/2016	31/12/2017	Varição em Módulo 31/12/2016 - 31/12/2017
Receita Operacional Líquida - ROL (R\$ mil)	441.605	249.321	-43,54%
PMSO (Pessoal/Material/Serv. de Terceiros e Outros) R\$ mil	50.235	53.270	6,04%
Resultado do Serviço - EBIT (R\$ mil)	345.325	90.731	-73,73%
EBITDA (R\$ mil)	347.429	92.168	-73,47%
Lucro Líquido (R\$ mil)	1.444.026	124.768	-91,36%
Margem EBIT - EBIT/ROL (%)	78,20%	36,39%	-53,46%
Margem EBITDA - EBITDA/ROL (%)	78,67%	36,97%	-53,01%
Margem Líquida - LUCRO LÍQUIDO/ROL (%)	326,99%	50,04%	-84,70%

Fonte: DGC-CONT - CONTADORIA

Dados e Indicadores Econômico-Financeiros Consolidados

Indicadores	31/12/2016	31/12/2017	Varição em Módulo 31/12/2016 - 31/12/2017
Liquidez Seca	4,11220	8,13615	97,85%
Liquidez Corrente	4,12108	8,24339	100,03%
Ativo Total - (R\$ mil)	2.123.880	1.191.481	-43,90%
Passivo Circulante e Não Circulante - (R\$ mil)	4.024.506	2.967.741	-26,26%
Patrimônio Líquido - PL (R\$ mil)	(1.900.626)	(1.776.260)	-6,54%

Fonte: DGC-CONT - CONTADORIA

Conforme dados e indicadores econômico-financeiros consolidados, ocorreu no exercício social de 2017 um incremento nos indicadores de liquidez devido a alteração na estrutura de capital consolidada da CELGPAR, decorrente dos seguintes fatores: a) aumento no Ativo Circulante, em função das mutações ocorridas no Ativo Financeiro da Concessão de Transmissão; b) realização, no Ativo Circulante, do montante recebido pela CELGPAR em decorrência do processo de alienação de 49% das ações da CELG D, no total de R\$ 1.104.303, à contrapartida da quitação de tributos, pagamento de assunção de dívida e devolução de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital ao Estado de Goiás; e c) decréscimo no seu Passivo Circulante, em função do pagamento de tributos no decorrer do exercício de 2017. Por sua vez, os componentes operacionais da Receita Bruta Consolidada provocaram, de forma direta, o efeito no resultado consolidado da CELGPAR, especificamente nos indicadores EBIT (resultado do serviço) e EBITDA, haja vista os acréscimos depurados e incorporados a estes indicadores.

4 – PADRÕES INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

Em relação às alterações vinculadas ao processo de convergência ao IFRS, assevera-se que as Demonstrações Financeiras Consolidadas da CELGPAR estão em conformidade com o padrão internacional de contabilidade estipulado pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

5 - MERCADO ACIONÁRIO

A Comissão de Valores Mobiliários - CVM, por intermédio do OFÍCIO/CVM/SEP/RIC/Nº. 012/2008, de 14.03.2008, concedeu à CELGPAR o registro como companhia aberta, sob o código 2139-3, para negociação de valores mobiliários de sua emissão no mercado acionário.

Esses valores mobiliários, representados por ações ordinárias, são negociados na BM&F Bovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("Bovespa"), sob o código GPAR3.

O capital social realizado da CELGPAR é de R\$ 973.764.337,53 (novecentos e setenta e três milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, trezentos e trinta e sete reais e cinquenta e três centavos), representado por 32.774.246 (trinta e dois milhões, setecentas e setenta e quatro mil, duzentas e quarenta e seis) ações ordinárias.

As ações ordinárias, componentes do capital social da CELGPAR, são escriturais, sem valor nominal, e encontram-se distribuídas conforme tabela denominada "Resumo da Posição Acionária, em 31.12.2017":

RESUMO DA POSIÇÃO ACIONÁRIA, EM 31.12.2017

ACIONISTA	AÇÃO ORDINÁRIA	
	QUANTIDADE	%
GOIÁS - GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS	32.696.436	99,7626
CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A.	22.967	0,0701
OUTROS	54.843	0,1673
SOMA	32.774.246	100,0000

FONTE: Banco do Brasil S.A., responsável pela prestação de serviços de ações escriturais.

Em 2017, foram realizadas um total de 34 negociações de ações ordinárias da CELGPAR na Bovespa, perfazendo uma movimentação de R\$31.291,45 (trinta e um mil, duzentos e noventa e um reais e quarenta e cinco centavos).

6 - AUDITORIA INDEPENDENTE

Em conformidade com a Instrução CVM nº. 381, de 14.01.2003, a CELGPAR informa que a empresa de auditoria externa Berkan Auditores Independentes S/S não prestou serviços não relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras.

7 - AGRADECIMENTOS

A Administração da CELGPAR e da sua Controlada CELG GT é grata ao Governo de Goiás, nosso acionista majoritário, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estende também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais, às comunidades servidas pelas Companhias, aos acionistas e demais investidores, e, em especial, à dedicação de seu qualificado corpo de empregados.
Goiânia, 27 de março de 2018.

A Administração.



**Demonstrações financeiras consolidadas em
31 de dezembro de 2017**

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Balancos Patrimoniais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	NE	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes a Caixa	5	607	246	12.474	40.810
Consumidores	6	-	-	24.317	7.549
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	-	-	(335)	(235)
Devedores diversos	7	9.708	1.107.327	15.362	1.115.567
Outros créditos	8	-	1	-	1
Estoques	9	-	-	2.811	2.768
Ativo Financeiro - Bens da Concessão	10	-	-	160.931	117.558
Transações com Partes Relacionadas	32	22.818	59.741	-	-
Despesas antecipadas	-	6	-	524	588
Total do ativo circulante		<u>33.139</u>	<u>1.167.315</u>	<u>216.084</u>	<u>1.284.606</u>
NÃO CIRCULANTE					
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO					
Devedores diversos	7	121.649	122.702	127.477	124.463
Outros Créditos	8	-	-	1.182	15.871
Ativo Financeiro - Bens da Concessão	10	-	-	669.984	551.935
Transações com Partes Relacionadas	32	3.211	5.218	-	-
Total do realizável a longo prazo		<u>124.860</u>	<u>127.920</u>	<u>798.643</u>	<u>692.269</u>
INVESTIMENTOS					
IMOBILIZADO	12	42	4	10.686	11.348
INTANGÍVEL	13	-	-	7.107	432
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		<u>979.421</u>	<u>805.944</u>	<u>975.397</u>	<u>839.274</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>1.012.560</u>	<u>1.973.259</u>	<u>1.191.481</u>	<u>2.123.880</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Balancos Patrimoniais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	NE	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
PASSIVO					
CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	15	-	-	2.915	3.481
Fornecedores	16	28	27	7.012	6.209
Tributos e Contribuições Sociais	17	1.787	292.962	8.461	295.310
Obrigações Estimadas	18	219	78	3.413	2.829
Encargos Setoriais	19	-	-	2.512	2.170
Obrigações Sociais e Trabalhistas	21	-	-	1.504	1.254
Outros Credores	21	28	14	396	463
Total do Passivo Circulante		2.062	293.081	26.213	311.716
NÃO CIRCULANTE					
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	14	1.252.877	1.422.416	1.252.877	1.422.416
Empréstimos e Financiamentos	15	-	-	2.125	4.858
Encargos Setoriais	19	-	-	2.851	2.316
Provisões para Contingências	20.a	20	20	7.857	5.697
Provisões com Benefícios Pós-Emprego	20.b	273	583	1.055	653
Outros Credores	21	-	-	141.175	118.975
Transações com Partes Relacionadas	32	1.533.588	2.157.785	1.533.588	2.157.875
Total do Passivo não Circulante		2.786.758	3.580.804	2.941.528	3.712.790
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital realizado	22	973.764	973.764	973.764	973.764
Prejuízos acumulados	22	(2.737.901)	(2.862.669)	(2.737.901)	(2.862.669)
Outros Resultados Abrangentes	22	(12.123)	(11.721)	(12.123)	(11.721)
Total do Patrimônio Líquido		(1.776.260)	(1.900.626)	(1.776.260)	(1.900.626)
TOTAL DO PASSIVO		1.012.560	1.973.259	1.191.481	2.123.880

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Demonstração dos resultados
Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	NE	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		01/01/2017 - 31/12/2017	01/01/2016 - 31/12/2016	01/01/2017 - 31/12/2017	01/01/2016 - 31/12/2016
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	23	-	-	249.321	441.605
CUSTO OPERACIONAL	24	-	-	(122.615)	(64.000)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		-	-	126.706	377.605
DESPESAS OPERACIONAIS	24	(4.290)	(2.659)	(35.975)	(32.280)
LUCRO/PREJUÍZO OPERACIONAL		(4.290)	(2.659)	90.731	345.325
OUTRAS RECEITAS	23	60	1.464.699	913	1.464.699
OUTRAS DESPESAS	22	-	-	-	(8.124)
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS/DESPESAS FINANCEIRAS, EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL E IMPOSTOS		(4.230)	1.462.040	91.644	1.801.900
RESULTADO FINANCEIRO	28	59.533	(75.216)	60.890	(64.840)
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL/GANHOS EM PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS		88.209	349.963	22.514	118.784
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		143.512	1.736.787	175.048	1.855.844
PROVISÃO PARA A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E IMPOSTO DE RENDA	29	(18.744)	(292.761)	(50.280)	(411.818)
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes		(18.744)	(292.761)	(27.993)	(292.949)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		-	-	(22.287)	(118.869)
RESULTADO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE		124.768	1.444.026	124.768	1.444.026
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		124.768	1.444.026	124.768	1.444.026
RESULTADO POR AÇÃO	30				
Resultado por ação ordinária - básico					
Resultado por ação ordinária - diluído		3,807	44,060	3,807	44,060
		3,807	44,060	3,807	44,060
OPERAÇÕES CONTINUADAS					
Resultado por ação ordinária - básico					
Resultado por ação ordinária - diluído		3,807	44,060	3,807	44,060
		3,807	44,060	3,807	44,060

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR
Demonstração dos resultados abrangentes
Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>01/01/2017 - 31/12/2017</u>	<u>01/01/2016 - 31/12/2016</u>	<u>01/01/2017 - 31/12/2017</u>	<u>01/01/2016 - 31/12/2016</u>
LUCRO LIQUIDO DO EXERCICIO	124.768	1.444.026	124.768	1.444.026
Resultados Abrangentes	(402)	(169)	(402)	(169)
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-
Ganhos e Perdas Atuariais - Benefício Pós-Emprego	310	(99)	310	(99)
Ganhos e Perdas Atuariais Reflexos - Benefício Pós-Emprego Controlada Celg GT	(712)	(70)	(712)	(70)
Resultado Abrangente do Exercício	124.366	1.443.857	124.366	1.443.857

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Demonstração das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) - Individual
Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	CAPITAL REALIZADO	PREJUÍZOS ACUMULADOS	RESULTADOS ABRANGENTES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldos Iniciais em 31 de dezembro de 2015 Apresentados Anteriormente	973.764	(4.309.769)	(11.552)	(3.347.557)
Ajuste do Exercício Anterior - Notas 2.1, 9 e 20	-	3.074	-	3.074
Saldos Iniciais em 31 de dezembro de 2015 Ajustados	973.764	(4.306.695)	(11.552)	(3.344.483)
Lucro Líquido do Exercício	-	1.444.026	-	1.444.026
Ganhos e Perdas Atuariais - Benefício Pós Emprego	-	-	(99)	(99)
Ganhos e Perdas Atuariais Reflexos - Benefício Pós-Emprego Controlada Celg GT	-	-	(70)	(70)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	973.764	(2.862.669)	(11.721)	(1.900.626)
<hr/>				
	CAPITAL REALIZADO	PREJUÍZOS ACUMULADOS	RESULTADOS ABRANGENTES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldos em 31 de dezembro de 2016	973.764	(2.862.669)	(11.721)	(1.900.626)
Lucro Líquido do Exercício	-	124.768	-	124.768
Ganhos e Perdas Atuariais - Benefício Pós Emprego	-	-	310	310
Ganhos e Perdas Atuariais Reflexos - Benefício Pós-Emprego Controlada Celg GT	-	-	(712)	(712)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	973.764	(2.737.901)	(12.123)	(1.776.260)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Demonstração dos fluxos de caixa – Método direto
Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
<u>Recebimentos:</u>				
Recebimentos de Clientes	-	-	92.361	69.627
<u>Pagamentos:</u>				
- Fornecedores	(664)	(574)	(13.110)	(10.516)
- Salários e Encargos	(3.265)	(1.905)	(40.129)	(31.007)
- Outras Desp Operacionais e Administrativas	(297)	(1)	(2.518)	(2.288)
- Tributos	(299.373)	(12)	(323.235)	(30.744)
Resultado Financeiro	39.416	25	42.277	7.587
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL LÍQUIDO	(264.183)	(2.467)	(244.354)	2.659
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
- Caixa Usado no Imobilizado, Investimentos, Ativo Financeiro e Intangível	-	-	(113.343)	(80.744)
- Devolução de Recursos Estado de Goiás	(793.736)	-	(793.736)	-
- Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital em Controlada	(52.000)	-	-	-
- Devolução de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital em Controlada	-	7.900	-	-
- Recebimento de Dividendos	-	-	5.741	538
- Recebimento de Alienação de Participação Societária	1.104.303	-	1.104.303	-
- Outros	60	-	12.512	(302)
FLUXO DE CAIXA - INVESTIMENTOS LÍQUIDOS	258.627	7.900	215.477	(80.508)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
- Outros Resultados Líquidos	263	-	263	-
- Mútuo com Controlada	-	(6.877)	-	-
- Recebimento de Mútuo com Controlada	2.631	-	-	-
- Pagamentos de Serviço da Dívida	-	-	(2.745)	(3.394)
- Recebimento de Mútuo - Anterior Coligada	3.023	-	3.023	49.110
FLUXO DE CAIXA - FINANCIAMENTOS LÍQUIDOS	5.917	(6.877)	541	45.716
CAIXA LÍQUIDO DO EXERCÍCIO				
	361	(1.444)	(28.336)	(32.133)
Saldo inicial de Caixa e Equivalentes	246	1.690	40.810	72.943
Saldo final de Caixa e Equivalentes	607	246	12.474	40.810
	361	(1.444)	(28.336)	(32.133)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Demonstração dos valores adicionados
Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	REF.	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	1				
Receita Operacional		-	-	63.186	59.883
Receita de Construção de Ativos Próprios		-	-	99.272	32.056
Provisões/Reversões - Créditos Liquidação Duvidosa		-	-	(100)	(42)
Outros Resultados		60	1.720	111.586	375.862
		<u>60</u>	<u>1.720</u>	<u>273.944</u>	<u>467.759</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	2				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		-	-	732	-
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		376	398	105.359	41.174
Ajuste ao Valor Recuperável de Ativos		-	-	-	5.986
Outros Custos Operacionais		224	165	7.347	15.874
		<u>600</u>	<u>563</u>	<u>113.438</u>	<u>63.034</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO (1 - 2)	3	<u>(540)</u>	<u>1.157</u>	<u>160.506</u>	<u>404.725</u>
QUOTAS DE REINTEGRAÇÃO	4				
Provisões Operacionais		-	20	-	20
Depreciação, amortização e exaustão		3	2	1.437	2.104
		<u>3</u>	<u>22</u>	<u>1.437</u>	<u>2.124</u>
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO (3 - 4)	5	<u>(543)</u>	<u>1.135</u>	<u>159.069</u>	<u>402.601</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	6				
Receitas Financeiras		67.128	8.679	70.522	21.619
Receitas de Aluguéis e Dividendos		-	-	208	206
Ganhos em Alienação de Participações Societárias		-	1.462.979	-	1.462.979
Resultado da Equivalência Patrimonial		88.209	349.963	22.514	118.784
		<u>155.337</u>	<u>1.821.621</u>	<u>93.244</u>	<u>1.603.588</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5 + 6)	7	<u>154.794</u>	<u>1.822.756</u>	<u>252.313</u>	<u>2.006.189</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
PESSOAL	8	<u>3.403</u>	<u>1.927</u>	<u>37.484</u>	<u>33.157</u>
GOVERNO	9	<u>19.028</u>	<u>292.908</u>	<u>80.673</u>	<u>443.202</u>
FINANCIADORES	10	<u>7.595</u>	<u>83.895</u>	<u>9.388</u>	<u>85.804</u>
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	11	<u>124.768</u>	<u>1.444.026</u>	<u>124.768</u>	<u>1.444.026</u>
TOTAL (8 + 9 + 10 + 11 = 7)	12	<u>154.794</u>	<u>1.822.756</u>	<u>252.313</u>	<u>2.006.189</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

1.1 Contexto operacional da CELGP

A Companhia Celg de Participações - CELGP detém participação societária na seguinte sociedade, na data-base de 31 de dezembro de 2017:

CONTROLADA	% DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA
CELG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. - CELG GT	100 %

2. Contexto operacional da Controladora CELG GT

A Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. – CELG GT é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Celg de Participações – CELGP, constituída em 15 de dezembro de 2005, com início das suas operações a partir de 1º de setembro de 2006, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Companhia Energética de Goiás – CELG, determinado pelo Governo Federal conforme a Lei nº. 10.848, de 15 de março de 2004.

A Controlada CELG GT detém junto à ANEEL as seguintes concessões:

Geração	Localidade	Estado	Contrato	Data da concessão	Vencimento	Capacidade instalada (MW)	Capacidade utilizada (MW)
Hidrelétricas:							
São Domingos	Rio São Domingos	GO	62/2000	22/05/1981	24/05/2011	12,000	12,000
Mambaí	Rio Corrente	GO	62/2000	17/01/1973	07/07/2015	0,350	0,350
Mosquito	Rio Mosquito	GO	62/2000	25/08/2000	07/07/2015	0,360	0,360
Rochedo	Rio Meia Ponte	GO	02/2016	05/01/2016	05/01/2046	4,000	4,000
						16,710	16,710

São Domingos: Apesar da concessão estar vencida, a CELG GT continua operando a usina por autorização, conforme Portaria nº 352, de 10 de outubro de 2013, do Ministério de Minas e Energia - MME. Em 14 de março de 2008 foi solicitada a renovação da concessão pela administração da CELG GT, estando esta renovação em discussão administrativa junto ao MME, bem como na esfera judicial. O MME, por intermédio da Portaria nº 218, de 15 de maio de 2015, também determinou a promoção do leilão dessa concessão, sendo que a CELG GT conseguiu, por via judicial, retirá-la do certame. O Anexo I da Portaria nº 218 foi alterado pela Portaria nº 300, de 24 de junho de 2015, retirando a Usina de São Domingos da licitação.

Mambaí: A CGH Mambaí foi extinta em função do seu alagamento para construção da PCH Mambaí II. Em função disso, é disponibilizado energia pelo período integral de concessão obtido pela exploração da citada Pequena Central Hidrelétrica Mambaí II e de suas eventuais prorrogações, no montante mensal de 203,792 MWh, como contraprestação ao bloco de energia que a CGH Mambaí I deixou de produzir mensalmente a partir de sua efetiva paralisação. A

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

forma de pagamento se dá através da entrega dos montantes descritos acima na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Mosquito: A CGH Mosquito está paralisada e o sítio encontra-se em estudo, para implantação do aproveitamento ótimo, em fase de licenciamento ambiental. As Centrais de Geração Hidrelétrica estão dispensadas de concessão, permissão ou autorização, devendo apenas ser comunicado ao órgão regulador o seu funcionamento para fins de registro.

Rochedo: A concessão da Usina Rochedo venceu em 07/07/2015. Contudo, a CELG GT continuou operando a usina por autorização, conforme Portaria nº 254, de 11 de junho de 2015, do Ministério de Minas e Energia - MME, até a data de 04/01/2016. A partir de 05/01/2016 começou a vigorar o Contrato de concessão nº 02/2016, com vencimento em 05/01/2046, para prestação de serviço de geração de energia elétrica em regime de alocação de cotas de garantia física de energia e potência, nos termos do art. 8º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013.

Transmissão	Localidade	Contrato de concessão	Data da concessão	Vencimento	Capacidade instalada (MVA/MVAr) Subestações	Extensão (km) Linhas de transmissão
Subestações e linhas:						
Rede básica ¹	Goiás	63/2001	07/07/1995	05/12/2042	2.154	725
Rede básica ²	Goiás / Minas Gerais	03/2015	06/03/2015	06/03/2045	-	11
Rede básica ³	Goiás	04/2016	20/01/2016	20/01/2046	300	-
					2.454	736

¹ Concessão composta por 12 subestações de transmissão de 230 kV e 14 linhas de transmissão na tensão de 230 kV.

² Concessão composta pela LT 230 kV Itumbiara - Paranaíba - C2. Em fase pré-operacional.

³ Concessão composta pela SE 500 kV Luziânia - Compensador Estático 500 kV - (-150/+300) Mvar. Em fase pré-operacional.

Em atendimento ao item 6 da ITG 17, evidencia-se abaixo a apresentação das informações previstas no subitem c, do item 6 da ITG 17:

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

CONTRATO	ATIVIDADE	DIREITOS DE USO	OPÇÃO DE RENOVAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL/SOCIETÁRIA
62/2000	Geração	Previstos a exploração até o final da concessão.	1). Não exercido para as Usinas de Rochedo, Mosquito e Mambaí; 2). Exercido para a Usina de São Domingos. Em discussão administrativa e judicial.	Classificado como Ativo Imobilizado, cuja remuneração é estipulada pelas respectivas Receitas Anuais de Geração – RAG desta atividade.
02/2016 (a)	Geração	Previstos a exploração até o final da concessão.	Previsto em Contrato.	Classificado como Ativo Financeiro, referente a parcela de investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão.
63/2001	Transmissão	Previstos a exploração até o final da concessão.	Exercido conforme assinatura do 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão.	Classificado como Ativo Financeiro, referente a parcela de investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão.
03/2015	Transmissão	Previstos a exploração até o final da concessão.	Previsto em Contrato.	Classificado como Ativo Financeiro, referente a parcela de investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão.
04/2016	Transmissão	Previstos a exploração até o final da concessão.	Previsto em Contrato.	Classificado como Ativo Financeiro, referente a parcela de investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão.

(a) A Controlada Celg GT efetuou a reclassificação deste contrato de concessão do Ativo Imobilizado para o Ativo Financeiro no 2º trimestre de 2016, visto o mesmo encontrar-se dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1).

3. Bases de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras individuais, identificadas como “Controladora” e as demonstrações financeiras consolidadas, identificadas como “Consolidado”, foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), que estão em conformidade com as normas IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para divulgação pelos Conselhos de Administração e Conselho Fiscal em 27 de março de 2018.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As informações contábeis da controladora e de cada uma de suas controladas, incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, são apresentadas em reais, a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam (“moeda funcional”).

3.2. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas pela Controladora e sua Controlada são as seguintes:

a. Procedimentos de Consolidação

A consolidação das Demonstrações Financeiras da Companhia Celg de Participações - CELGP e sua controlada Celg GT foi efetuada de acordo com os princípios de consolidação previstos na Lei nº. 6.404/76 e Instrução CVM 247/96 com as alterações introduzidas pelas Instruções CVM 269/97, 285/98, 464/08 e 469/08, bem como dos dispositivos determinados pela NBC TG 36 – R3 (Demonstrações Consolidadas).

As Demonstrações Financeiras consolidadas foram elaboradas a partir das Demonstrações Financeiras individuais da Celg GT, as quais foram ajustadas conforme a seguir descrito. Na elaboração das Demonstrações Financeiras consolidadas, foram observadas práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e demais legislações pertinentes, inclusive a fiscal. O sumário dessas principais práticas contábeis, aplicáveis de forma uniforme à empresa incluída no processo de consolidação, está apresentado a seguir:

- a.1. Os valores a receber junto a empresa controlada e sócios estão devidamente suportados por contratos. Nas Demonstrações Financeiras consolidadas, os saldos com a empresa inserida no processo de consolidação foram eliminados.
- a.2. Os investimentos na controlada são demonstrados ao custo e ajustados pelo método de equivalência patrimonial. Nas Demonstrações Financeiras consolidadas os saldos dos investimentos na controlada Celg GT foram eliminados contra o respectivo patrimônio líquido dessa controlada.
- a.3. As Demonstrações Financeiras consolidadas incluem as Demonstrações Financeiras individuais da controlada Celg GT. As informações individuais da controlada Celg GT foram incorporadas ao processo de consolidação da Celgpar na data base de 31 de dezembro de 2017, sendo que esta controlada obedeceu a posição adotada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, no que concerne à não adoção da consolidação proporcional do Investimento Controlado em Conjunto na Energética Corumbá III - ECIII, na Pantanal

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Transmissão S.A. e na Lago Azul Transmissão S.A., nos moldes da NBC TG 19 – R2 (Negócios em Conjunto).

b. Caixa e equivalentes de Caixa

A Controladora e sua Controlada consideram como disponibilidades o saldo de caixa, depósitos em bancos e aplicações de curto prazo. As aplicações financeiras das mesmas estão demonstradas ao custo acrescido da remuneração contratada, reconhecida até a data das Demonstrações Financeiras.

c. Consumidores, concessionárias e permissionárias

Esses saldos incluem os valores faturados aos consumidores finais e concessionários revendedores, a receita referente à energia consumida e não faturada, uso da rede, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, registrados de acordo com o regime de competência até o encerramento do exercício.

As contas a receber também incluem os valores faturados aos consumidores e concessionários do Serviço Público de Energia Elétrica e usuários da Rede Básica pertencente ao Sistema Interligado Nacional - SIN, conforme contratos realizados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR e ainda, operações realizadas na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, registrados de acordo com o regime de competência até o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

d. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para a cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber da Controlada. Os critérios de constituição da provisão estão descritos na nota 6.b e 6.c.

e. Estoques

Os materiais em estoque no almoxarifado, classificados no ativo circulante, e os destinados à construção, alocados no imobilizado, estão registrados ao custo médio de aquisição, que não ultrapassa seu valor de mercado.

f. Ativo Financeiro – Bens da Concessão de Transmissão

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro, por se tratar de um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação da ITG 01 – Contratos de Concessão e da CTG 05 – Contratos de Concessão. Estão incluídos nesta rubrica o montante ainda não indenizado dos ativos de transmissão vinculados ao Contrato de Concessão 63/2001, que entraram em operação até 31 de maio de 2000, já com a definição, pelo poder concedente, do respectivo valor indenizável – ver Nota Explicativa 10.

g. Investimentos

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As participações societárias permanentes são registradas ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995 e registradas/avaliadas pela equivalência patrimonial em conformidade com a Instrução CVM nº. 247/1996 e NBC TG 18 – R2 (Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto).

Conforme disposto na NBC TG 43 – R1 (Adoção inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 41), as Demonstrações Financeiras individuais de entidades com investimento em controlada ou empreendimento em conjunto avaliado pela equivalência patrimonial estão de acordo com o exigido pela legislação brasileira vigente, sendo o método da equivalência patrimonial o critério adotado pela Controladora.

Por tudo isto, a controladora apresentará suas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, por se tratar de exceção de caráter obrigatório/legal descrita na NBC TG 43 – R1 (Adoção inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 41), não sendo feita a apresentação das Demonstrações Financeiras separadas.

h. Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado vinculados aos contratos de concessão de serviço público são depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas e revisadas periodicamente pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, as quais são praticadas e aceitas pelo mercado como representativas da vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão. No entanto, os bens vinculados aos contratos de uso de bem público sob o regime de produtor independente de energia elétrica são depreciados com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, limitados ao prazo da concessão. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil.

A depreciação é calculada sobre os bens do ativo imobilizado em serviço, pelo método linear, tomando por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro – UC, como determina a Resolução Normativa ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, às taxas constantes na tabela anexa à mesma Resolução, as quais refletem a vida útil estimada dos bens.

i. Intangível

Compreendem os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com tal finalidade. Os ativos intangíveis serão amortizados caso sua vida útil possa ser razoavelmente estimada, caso contrário serão considerados de vida útil indefinida sendo sujeitos ao teste de recuperabilidade econômica.

A amortização é calculada sobre os bens do ativo intangível em serviço, pelo método linear, tomando por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro – UC, como determina a Resolução Normativa ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, às taxas constantes na tabela anexa à mesma Resolução, as quais refletem a vida útil estimada dos bens.

j. Imposto de Renda e Contribuição Social

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

São calculados com base nas alíquotas efetivas, vigentes na data de elaboração das Demonstrações Financeiras, de imposto de renda e contribuição social.

k. Provisão para Contingências

As provisões para contingências são reconhecidas para obrigações presentes legais resultantes de eventos passados, para os quais seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação na data das Demonstrações Financeiras, considerando-se os riscos e as incertezas relativas à obrigação.

Os riscos contingentes, em função da sua natureza, são solucionados apenas quando da ocorrência ou da falta de ocorrência de eventos futuros. A avaliação desses riscos envolve considerações e estimativas significativas relativas ao resultado de eventos futuros, consubstanciados em informações disponibilizadas pelos assessores legais da Celgpar e Controlada. Neste sentido e por conta das orientações da NBC TG 25 – R1 (Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes), as empresas registraram provisões para riscos regulatórios, fiscais, trabalhistas e cíveis.

l. Provisão para Férias

A provisão para férias é calculada com base nos direitos adquiridos pelos empregados até 31 dezembro de 2017 e inclui os correspondentes encargos sociais. Essas provisões estão contabilizadas no grupo de obrigações estimadas.

m. Benefícios a Empregados

A Companhia e sua Controlada são patrocinadoras da Fundação Celg de Seguros e Previdência - ELETRA. Os custos associados ao plano previdenciário são reconhecidos à medida que as contribuições são devidas, observando o regime de competência, observando-se os preceitos da NBC TG 33 – R2 (Benefícios a Empregados). Os custos relacionados à suplementação de aposentadoria e outros benefícios pós-emprego são reconhecidos como obrigações e registrados com base em cálculos atuariais para determinação do valor presente das obrigações, conforme determina a Deliberação CVM nº. 695/2012.

n. Apuração de Resultado

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Celgpar e Controlada, mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada), receitas de construção e ou outras receitas relacionadas a outros serviços prestados pelas empresas.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conforme critérios estabelecidos pela ITG 01 (Contratos de Concessão), a cada novo investimento em expansão ou melhoria da infraestrutura, a contrapartida das adições ao ativo financeiro em curso (Rede Básica de Transmissão) ou ativo imobilizado em curso (Geração) ocorre o reconhecimento da receita de construção, na proporção dos serviços executados até a data do encerramento das Demonstrações Financeiras, com apuração de margem de lucro nula, para a Controlada Celg GT.

o. Estimativas

A preparação das Demonstrações Financeiras requer que a administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos, assim como as divulgações de passivos contingentes. Apesar disso, possíveis imprecisões peculiares ao processo de sua determinação podem resultar em valores divergentes dos registrados nas Informações quando da liquidação das respectivas transações.

A Celgpar e sua controlada revisam suas estimativas e premissas anualmente ou quando eventos ou perspectivas diferentes exigem o procedimento.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;
- Provisão para contingências relativas às ações judiciais.

p. Demonstração do Valor Adicionado – DVA

A Demonstração do Valor Adicionado - DVA tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Empresa e sua distribuição durante determinado período é apresentada pela Celgpar, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das Demonstrações Financeiras e seguindo as disposições contidas na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

A DVA, em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia, e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4. Normas e interpretações novas e revisadas e ainda não adotadas

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia e controlada adotaram todos os pronunciamentos (novos ou revisados) e interpretações emitidas pelo CPC, quando aplicável, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2017. Não foram emitidos novos pronunciamentos além daqueles divulgados nas demonstrações financeiras do exercício de 2017.

A Companhia e controlada adotarão, se aplicável, tais normas quando elas entrarem em vigor, divulgando e reconhecendo os impactos nas demonstrações financeiras que possam ocorrer quando da aplicação de tais adoções. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia e controlada estão mencionadas a seguir. A Companhia e controlada não planejam adotar estas normas de forma antecipada.

a) IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

Inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 01.01.2018, com adoção antecipada permitida.

b) IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes

Exige que uma entidade reconheça o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento da receita que existe atualmente em IFRS quando for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 01.01.2018, com adoção antecipada permitida pelas IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia e controlada estão avaliando os efeitos que a IFRS 15 provocará nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações e ainda não escolheram o método de transição para a nova norma, nem determinaram os efeitos da nova norma nos relatórios financeiros atuais.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e depósitos bancários a vista	3	-	419	130
Aplicações financeiras de curto prazo	604	246	12.055	40.680
TOTAL	607	246	12.474	40.810

Todas as aplicações têm a opção de resgate total ou parcial antecipado e rendimento flutuante, tendo como índice base o CDI, e liquidez a partir de 30 (trinta) dias.

6. Consumidores

CONSUMIDORES	CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTE		
Concessionárias		
- Suprimento	703	866
- Encargos de uso da rede elétrica	21.308	6.493
- Energia Elétrica de Curto Prazo	2.306	156
Total	24.317	7.515
Outras Rendas		
- Outras Rendas	-	34
Total	-	34
TOTAL CIRCULANTE	24.317	7.549

Composição do Contas a Receber:

CONSUMIDORES	CONSOLIDADO					
	31/12/2017					
	VINCENDOS	VENCIDOS ATÉ 90 DIAS	VENCIDOS HÁ MAIS DE 90 DIAS	TOTAL 31/12/2017	PROV. P/CRÉD LIQ. DUVID. 31/12/2017	SALDO 31/12/2017
Concessionárias						
Suprimento	689	3	11	703	-	703
Encargos Uso Rede Elétrica	18.405	2.407	496	21.308	-	21.308
Energia Elétrica de Curto Prazo	580	1.309	417	2.306	-	2.306
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	-	-	(335)	(335)
TOTAL CONCESSIONÁRIOS	19.674	3.719	924	24.317	(335)	23.982
TOTAL DO CIRCULANTE	19.674	3.719	924	24.317	(335)	23.982

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

CONSUMIDORES	31/12/2016					
	VINCENDOS	VENCIDOS	VENCIDOS	TOTAL	PROV. P/CRÉD	SALDO
		ATÉ	HÁ MAIS	31/12/2016	LIQ. DUVID.	31/12/2016
	90 DIAS	DE 90 DIAS			31/12/2016	
Concessionárias						
Suprimento	789	26	51	866	-	866
Encargos Uso Rede Elétrica	6.053	121	319	6.493	-	6.493
Energia Elétrica de Curto Prazo	156	-	-	156	-	156
Outras Rendas	34	-	-	34	-	34
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	-	-	(235)	(235)
TOTAL CONCESSIONÁRIOS	7.032	147	370	7.549	(235)	7.314
TOTAL DO CIRCULANTE	7.032	147	370	7.549	(235)	7.314

a. Os valores correspondentes às operações junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE foram registrados levando-se em consideração as informações divulgadas por essa instituição. Nos meses em que essas informações não são disponibilizadas em tempo hábil por esse órgão, os valores são estimados pela Controlada.

b. Movimentação da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa - PCLD, consolidada no exercício findo em 31 de dezembro de 2017:

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO CIRCULANTE
Saldo em 31 de dezembro de 2016	235
Provisão no exercício	100
Saldo em 31 de dezembro de 2017	335

c. A Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT constitui a provisão para créditos de liquidação duvidosa através de uma análise individual do saldo dos clientes, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais. A PCLD é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Devedores diversos

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	31/12/2017		31/12/2016		31/12/2017		31/12/2016	
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
CRÉDITOS FISCAIS								
IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte	-	-	-	-	6	-	868	-
Saldo Negativo de IRPJ e CSLL	-	-	-	-	-	-	4.106	-
Outras Antecipações	-	-	-	-	190	-	1.364	-
SUBTOTAL	-	-	-	-	196	-	6.338	-
DEMAIS DEVEDORES DIVERSOS								
Empregados	-	-	-	-	64	-	1	-
Celg Distribuição S.A. - Celg D - Mútuo Celgpar (a)	9.708	121.649	3.024	122.702	9.708	121.649	3.024	122.702
Enel Brasil S.A. (b)	-	-	1.104.303	-	-	-	1.104.303	-
Outros	-	-	-	-	5.394	5.828	1.901	1.761
SUBTOTAL	9.708	121.649	1.107.327	122.702	15.166	127.477	1.109.229	124.463
TOTAL GERAL	9.708	121.649	1.107.327	122.702	15.362	127.477	1.115.567	124.463

(a) Contrato particular de mútuo financeiro efetuado entra a Celgpar e a Celg D, no exercício social de 2014, com carência de 3 anos e remunerado à 6,8% a.a.;

(b) Valor a receber da Enel Brasil S.A., objeto da alienação de 49% das ações da Celg D, referente ao leilão destas ocorrido em 30 de novembro de 2016, e liquidação financeira ocorrida em 14 de fevereiro de 2017.

8. Outros créditos

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016		
	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	15.539	
Depósitos Judiciais e Cauções	-	1	-	1.182	332	
TOTAL	-	1	-	1.182	15.871	

9. Estoques

Os estoques são compostos de materiais destinados à manutenção e operação das instalações, bem como de materiais de consumo na administração.

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016
Estoques	2.811	2.768
TOTAL	2.811	2.768

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Ativo financeiro – Bens da concessão de geração e transmissão

Os bens utilizados na execução dos serviços de construção, operação e manutenção da concessão de geração (Usina Rochedo) e transmissão de energia elétrica, na controlada Celg GT, estão registrados no ativo financeiro em atendimento à ITG 01 e CTG 05 – Contratos de Concessão. Os valores abaixo refletem a situação destes ativos:

ATIVO FINANCEIRO CONTRATO	LOCALIDADE	CONSOLIDADO					
		31/12/2017			31/12/2016		
		CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Contrato de Concessão nº 063/2001	Transmissão	150.031	558.096	708.127	108.632	495.848	604.480
Portaria MME nº 352/2013	Usina São Domingos	1.721	19.591	21.312	3.352	15.454	18.806
Contrato de Concessão nº 03/2015	LT 230 KV Itumbiara - Paranaíba	2.106	14.313	16.419	596	5.083	5.679
Contrato de Concessão nº 02/2016	Usina Rochedo	4.459	12.008	16.467	4.978	18.229	23.207
Contrato de Concessão nº 04/2016	SE 500 KV Luziânia	2.614	65.976	68.590	-	17.321	17.321
		160.931	669.984	830.915	117.558	551.935	669.493

Abaixo a movimentação do Ativo Financeiro – Bens da Concessão:

ATIVO FINANCEIRO CONTRATO	LOCALIDADE	CONSOLIDADO							31/12/2017
		31/12/2016	Receita Financeira da Concessão	Serviços de Construção ou Melhoria	Serviços de Operação e Manutenção	Recbimentos (RAP/RAG) ou Indenização	Laudos RBSE/RPC	Outras Adições e Baixas	
Contrato de Concessão nº 063/2001	Transmissão	604.480	65.204	39.949	49.391	(94.118)	37.279	5.942	708.127
Portaria MME nº 352/2013	Usina São Domingos	18.806	2.547	-	3.686	(3.686)	-	(41)	21.312
Contrato de Concessão nº 03/2015	LT 230 KV Itumbiara - Paranaíba	5.679	841	11.785	-	-	-	(1.886)	16.419
Contrato de Concessão nº 02/2016	Usina Rochedo	23.207	1.759	1	2.714	(4.239)	-	(6.975)	16.467
Contrato de Concessão nº 04/2016	SE 500 KV Luziânia	17.321	3.435	47.537	-	-	-	297	68.590
		669.493	73.786	99.272	55.791	(102.043)	37.279	(2.663)	830.915

No contexto da Controlada Celg GT observa-se que no dia 12 de setembro de 2012, foi publicada a Medida Provisória 579/2012 (“MP 579”) que regulamentou a prorrogação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, outorgadas antes da publicação da Lei nº 8.987, de 1995, e alcançadas pela Lei nº 9.074 de 1995. Em 14 de setembro de 2012, foi publicado o Decreto 7.805 que regulamentou a MP 579.

De acordo com a MP 579, as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia, vencidas ou vincendas nos 60 meses subsequentes à publicação da referida MP, tinham a opção de ter o vencimento antecipado para o mês de dezembro de 2012, com prorrogação, a critério do Poder Concedente uma única vez pelo prazo de até 30 anos, entretanto, para a atividade de transmissão, a prorrogação dependeria da aceitação expressa, dentre outras, das seguintes e principais condições: i) receita fixada conforme critérios estabelecidos pela ANEEL; ii) valores estabelecidos pela indenização dos ativos; e iii) submissão aos padrões de qualidade do serviço fixados pela ANEEL.

Através das Resoluções Normativas 589 e 596, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, para fins de indenização, definiu os critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição (VNR) para os ativos de transmissão existentes em 31 de maio de 2000 ainda não depreciados (RBSE) e os critérios e procedimentos para cálculo da parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, de aproveitamentos hidrelétricos, cujas concessões foram prorrogadas ou não, nos termos da Lei nº 12.783, critérios estes aplicáveis, por sua vez à Controlada Celg GT.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

De acordo com a Resolução Normativa 589, de 10 de dezembro de 2013, foi apresentado à ANEEL o laudo de avaliação dos ativos de transmissão de energia elétrica existentes em 31 de maio de 2000 (“Laudo de Avaliação”), para fins do processo de indenização das instalações da denominada Rede Básica do Sistema Existente – RBSE (“RBSE”) prevista no Artigo 15, § 2º da Lei 12.783/2013. Em 31 de julho de 2015, a Controlada Celg GT protocolou na ANEEL o Laudo de Avaliação dos Ativos elaborado por empresa independente credenciada pela agência reguladora, relativo aos bens existentes em 31 de maio de 2000, cujo montante pleiteado para efeitos de reconhecimento totalizava R\$ 254.376. Em 07 de junho de 2016, através do Despacho nº 1.505, foi homologado pela ANEEL o montante de R\$ 227.104, relativo às instalações da RBSE.

O valor contábil, até então mantido pelo custo histórico, dos gastos relacionados aos investimentos, ampliações e/ou melhorias nos ativos da RBSE, referente à concessão prorrogada de transmissão perfaziam R\$ 138.498, na data base de 31.12.2012, devidamente escriturados na Controlada Celg GT.

Em 20 de abril de 2016, o Ministério das Minas e Energia - MME publicou a Portaria nº 120 que regulamentou as condições de recebimento das indenizações relativas aos ativos de transmissão de energia elétrica existentes em 31 de maio de 2000, denominados RBSE e demais Instalações de Transmissão – RPC (“RPC”), não depreciados e não amortizados, conforme parágrafo segundo do artigo 15 da Lei 12.783/2013.

São abrangidos pela Portaria os ativos reversíveis que não estavam depreciados até 31 de dezembro de 2012, quando a Controlada Celg GT teve antecipado o vencimento do Contrato de Concessão nº 063/2001, nos termos da Lei nº 12.783/2013 (conversão da MP 579/12).

A remuneração desses ativos se dará pela seguinte forma:

- Pelo custo do capital correspondente aos ativos, composto por remuneração e depreciação acrescidos dos devidos tributos a partir do processo tarifário de 2017, sendo que a remuneração será dada através do Custo Médio Ponderado de Capital e a depreciação será paga em função da vida útil de cada ativo incorporado à Base de Remuneração Regulatória;
- O custo de capital não incorporado desde as prorrogações das concessões até o processo tarifário será atualizado e remunerado pelo custo de capital próprio. A partir do processo tarifário de 2017 o custo de capital será remunerado pelo Custo Médio Ponderado de Capital pelo prazo de oito anos;
- Para as empresas que ainda não tiveram os valores homologados foi considerado como melhor estimativa da Administração o laudo de fiscalização emitido pela ANEEL.

A referida Portaria cita que os valores devidos vão compor a base de remuneração regulatória da Controlada Celg GT, ou seja, serão repassados às tarifas de energia dos consumidores e que isso será iniciado a partir do processo tarifário de 2017. Além de remunerar os ativos, a Portaria também estabelece que o custo de capital incorrido pela Controlada Celg GT possa ser incluído nos referidos valores.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2017, a Controlada Celg GT efetuou sua estimativa dos valores atualizados até essa data, conforme Nota Técnica nº 336/2016-SGT/ANEEL, reconhecendo contabilmente o devido ajuste nos Ativos Financeiros da Concessão de Transmissão.

11. Investimentos

INVESTIMENTOS	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Participação na Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT	802.517	678.018	-	-
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital na Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT	52.000	-	-	-
Participações Societárias Permanentes (c)	2	2	51	46
Energética Corumbá III S/A - ECIII (a)	-	-	63.157	63.588
Energética Fazenda Velha (b)	-	-	4.524	4.537
SPE Pantanal Transmissão S.A. (d)	-	-	34.061	29.201
SPE Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A. (d)	-	-	37.704	18.780
SPE Lago Azul Transmissão S.A. (e)	-	-	20.005	19.271
Firminópolis Transmissão S.A. (f)	-	-	(541)	(198)
TOTAL	854.519	678.020	158.961	135.225

(a) A Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT controla de forma conjunta o Consórcio Empreendedor Corumbá III, que tem por objeto a implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Corumbá III na qualidade Produtores Independentes de Energia. A usina encontra-se em operação comercial desde 24 de outubro de 2009, com capacidade instalada de 93,6 MW. Abaixo a distribuição do quadro societário deste Consórcio:

<u>Acionistas - Energética Corumbá III ECIII</u>	<u>Participação</u>
CELG Geração e Transmissão S.A. - CELG GT	37,5%
Strata Construtora e Concessionária Integradas S.A.	6,5%
Geração CIII S.A.	15,6%
Energy Power Ltda.	2,9%
CEB - Companhia Energética de Brasília	37,5%
	<u>100,0%</u>

(b) Valor referente à participação e aportes para futuro aumento de capital, efetuados pela Controlada Celg GT, na Energética Fazenda Velha, situada no município de Jataí – Estado de Goiás, que entrou em operação comercial em 11 de maio de 2016. Abaixo a distribuição do quadro societário desse Empreendimento:

<u>Empreendimento</u>	<u>Acionistas</u>	<u>Participação</u>
Energética Fazenda Velha S.A.	CELG Geração e Transmissão S.A. - CELG GT	20,0%
	Construtora Vilela e Carvalho Ltda.	26,7%
	CCN - Construções e Comércio Ltda.	26,7%
	Luana - Administração & Participações Ltda.	26,6%
TOTAL		<u>100,0%</u>

A Energética Fazenda Velha registrou em seu Balancete Patrimonial de 31 de janeiro de 2016, ajustes do exercício anterior encerrado em 31.12.2015, determinados pelos seus Auditores Independentes, no valor negativo de R\$162, acarretando a reapresentação retrospectiva do

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanco Patrimonial e Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido da Celgpar, em 31 de dezembro de 2016.

(c) Trata-se de integralização de capital, efetuada pela Controladora e pela Controlada Celg GT, referente à participação na Cooperativa de Crédito dos Empregados da Celg (SICOOB JURISCREDCELG).

(d) SPE referentes ao Leilão ANEEL nº. 02/2013, correspondendo aos empreendimentos dos Lotes abaixo relacionados, tendo sido constituídas, em agosto de 2013, as seguintes Sociedades de Propósito Específico (SPE): Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A. (Lote B - 10% de participação) e Pantanal Transmissão S.A. (Lote F - 49% de participação):

– **LOTE B:**

LT 500 kV Brasília Leste - Luziânia – DF/GO - C1 e C2, em construção;

SE Brasília Leste 500/138 kV - (6+1)X180MVA, em construção;

LT 230 kV Brasília Geral - Brasília Sul - C3 (subterrânea), em operação comercial desde o dia 24 de abril de 2017;

LT 345 kV Brasília Sul - Samambaia - C3, em operação comercial desde o dia 06 de maio de 2016.

– **LOTE F:** SE Campo Grande II 230/138 kV, 2x150 MVA – MS, em operação comercial desde o dia 08 de junho de 2016.

A Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A. alterou seu Balanco Patrimonial de 31 de dezembro de 2015, após a Controlada Celg GT ter registrado a Equivalência Patrimonial, fundamentada em informações oficiais encaminhadas por essa investida, quando da autorização para a divulgação das Demonstrações Financeiras da Controlada Celg GT. Dessa forma, foi reconhecido ajuste do exercício anterior encerrado em 31.12.2015, no valor positivo de R\$1.819, acarretando a reapresentação retrospectiva do Balanco Patrimonial e Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido da Celgpar, em 31 de dezembro de 2016.

Abaixo a distribuição do quadro societário destes dois empreendimentos, com a participação da Controlada Celg GT:

<u>Empreendimento</u>	<u>Acionistas</u>	<u>Participação</u>
Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A.	CELG Geração e Transmissão S.A. - CELG GT	10,0%
	Fundo de Investimentos em Participações Caixa-Milão	51,0%
	Furnas Centrais Elétricas S.A.	39,0%
Total		100,0%

<u>Empreendimento</u>	<u>Acionistas</u>	<u>Participação</u>
Pantanal Transmissão S.A.	CELG Geração e Transmissão S.A. - CELG GT	49,0%
	CEL Engenharia Ltda.	51,0%
Total		100,0%

(e) SPE referente ao Leilão ANEEL nº. 07/2013, correspondendo ao empreendimento do Lote abaixo relacionado, tendo sido constituído a Sociedade de Propósito Específico (SPE) Lago Azul Transmissão S.A., em operação comercial desde o dia 19 de setembro de 2016:

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- LOTE D: LT 230 kV Barro Alto – Itapaci – GO, C2.

Abaixo a distribuição do quadro societário desse empreendimento, com a participação da Controlada Celg GT:

<u>Empreendimento</u>	<u>Acionistas</u>	<u>Participação</u>
Lago Azul Transmissão S.A.	CELG Geração e Transmissão S.A. - CELG GT	50,1%
	Furnas Centrais Elétricas S.A.	49,9%
Total		100,0%

(f) SPE Firminópolis Transmissão S.A.:

A Controlada Celg GT participou do Leilão ANEEL nº. 05/2015, tendo vencido o Lote L, para a construção de subestações e linhas de transmissão da Rede Básica, referente à LT 230 kV Trindade – Firminópolis. Para a implantação e exploração desse empreendimento foi constituída, em fevereiro de 2016, a SPE Firminópolis Transmissão S.A., em fase pré-operacional na data base de 31 de dezembro de 2017, sendo a participação da Controlada Celg GT de 49% (quarenta e nove) por cento do capital social.

11.1. Investimentos Diretos em Controlada

As principais informações sobre os investimentos em Controlada são apresentadas a seguir:

DESCRICÃO	INVESTIMENTO DA CELGPAR NA	
	CONTROLADA	
	CELG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. CELG GT	
	31/12/2017	31/12/2016
Capital Social da Controlada	378.325	378.325
Quantidade de Ações	329.725	329.725
Percentual da Participação Societária	100%	100%
Patrimônio Líquido da Controlada - Apresentado Anteriormente	678.018	377.663
Ajuste de Exercício Anterior no Patrimônio Líquido da Controlada	-	3.074
Patrimônio Líquido da Controlada - Após Ajuste de Exercício Anterior	678.018	380.737
Investimento antes da Equivalência Patrimonial	678.018	380.737
Aumento de Capital na Controlada	57.952	112.819
Outros Resultados Abrangentes	(712)	(70)
Resultado da Equivalência Patrimonial na Controlada	88.209	242.484
Dividendos mínimos obrigatórios - Controlada	(20.950)	(57.952)
Valor Patrimonial do Investimento na Controlada	<u>802.517</u>	<u>678.018</u>

12. Imobilizado

Os bens do Ativo Imobilizado são registrados ao custo de aquisição ou construção e deduzidos da depreciação acumulada.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A depreciação é calculada sobre os bens do ativo imobilizado em serviço, sendo que as principais taxas de depreciação, por macroatividade, estão discriminadas na Resolução nº 674, de 11 de agosto de 2015. O valor recuperável desses ativos, estimado com base no valor em uso calculado pelos fluxos de caixa futuros, superou o seu valor contábil, portanto não houve perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA				
	31/12/2017				31/12/2016
	CUSTO	TAXAS ANUAIS MÉDIAS DEPREC.	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO	VALOR LÍQUIDO
Em serviço:					
Móveis e Utensílios	59	10,00%	(17)	42	4
TOTAL	59		(17)	42	4

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO				
	31/12/2017				31/12/2016
	CUSTO	TAXAS ANUAIS MÉDIAS DEPREC.	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO	VALOR LÍQUIDO
Em serviço:					
Reservatórios, Barragens e adutoras	3.184	2,85%	(1.923)	1.261	1.325
Terrenos	1	0,00%	-	1	1
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	3.416	3,69%	(823)	2.593	164
Máquinas e Equipamentos	5.519	4,59% e 6,54%	(2.379)	3.140	2.352
Veículos	923	6,43%	(370)	553	394
Móveis e Utensílios	326	10% e 6,43%	(85)	241	48
Subtotal	13.369	-	(5.580)	7.789	4.284
Em curso:					
Geração	2.825	0,00%	-	2.825	3.334
Administração Central	72	0,00%	-	72	3.730
Subtotal	2.897	0,00%	-	2.897	7.064
TOTAL	16.266	-	(5.580)	10.686	11.348

Movimentação:

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA			
	Saldos em 31/12/2016	Adições	Depreciação	Saldos em 31/12/2017
Imobilizado em Serviço - Geração	-	-	-	-
Imobilizado em Serviço - Administração Central	4	41	(3)	42
Total em Serviço	4	41	(3)	42
Total do Imobilizado	4	41	(3)	42

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO						Saldos em 31/12/2017
	Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Unitização	Outros	Depreciação	
Imobilizado em Serviço - Geração	1.350	-	(4)	-	-	(68)	1.278
Imobilizado em Serviço - Administração Central	2.934	41	-	4.700	(258)	(906)	6.511
Total em Serviço	4.284	41	(4)	4.700	(258)	(974)	7.789
Imobilizado em Curso - Geração	3.334	206	(716)	-	1	-	2.825
Imobilizado em Curso - Administração Central	3.730	1.354	(122)	(4.700)	(190)	-	72
Total em Curso	7.064	1.560	(838)	(4.700)	(189)	-	2.897
Total do Imobilizado	11.348	1.601	(842)	-	(447)	(974)	10.686

a. Vinculação do Imobilizado - de acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº. 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão e distribuição de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem prévia e expressa autorização do órgão regulador. A Resolução Normativa ANEEL nº 691/2015 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para a desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para a aplicação na concessão.

b. Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica – São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, Estados, Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo órgão regulador para concessões de geração e transmissão, cuja quitação ocorrerá no final da concessão.

c. Imobilizado em Curso – Referem-se, substancialmente, às obras de expansão em andamento do sistema de geração e transmissão.

13. Ativo intangível

O saldo consolidado em 31 de dezembro de 2017 diz respeito aos direitos de servidão de passagem e utilização do bem público, cuja vida útil é indefinida e softwares de vida útil definida, com prazos de amortização de 20% ao ano.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVOS INTANGÍVEL	CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016
Ativo Intangível em Serviço	7.107	432
TOTAL	7.107	432

Movimentação do Ativo Intangível no período:

DESCRIÇÃO	Saldos em 31/12/2016	CONSOLIDADO			Saldos em 31/12/2017
		Adições / Unitizações	Baixas	Amortização	
Intangível	432	7.139	(1)	(463)	7.107
Total do Intangível	432	7.139	(1)	(463)	7.107

14. Adiantamentos para futuro aumento de capital

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	1.252.877	1.422.416	1.252.877	1.422.416
TOTAL	1.252.877	1.422.416	1.252.877	1.422.416

Refere-se aos seguintes Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital efetuados pelo acionista majoritário Estado de Goiás no ano de 2011: 1) R\$ 8.725, para atendimento às despesas administrativas e operacionais, e para o pagamento das obrigações com a controlada Celg GT, decorrentes do contrato de mútuo efetuado para suprir a operação da Celgpar; e 2) R\$ 100.000, objeto do Protocolo de Intenções assinado pelo Estado de Goiás e Eletrobrás, com vistas ao saneamento econômico-financeiro da CELG D. O saldo anterior de R\$ 3.275 também foi adiantado pelo acionista majoritário com vistas à manutenção da operação da Celgpar. No ano de 2012 foi adiantado pelo acionista majoritário o valor de R\$ 1.270.111, objeto da 2ª parcela do empréstimo captado pelo Governo do Estado de Goiás em decorrência do acordo com a Eletrobras e União. Esse valor foi posteriormente alocado pela Celgpar na Celg D, tendo sido promovido o aumento de capital nessa empresa em vinte e cinco de setembro de 2012, conforme deliberações da 220ª Assembleia Geral Extraordinária, mediante a emissão de 106.642.366 (cento e seis milhões, seiscentas e quarenta e duas mil, trezentas e sessenta e seis ações ordinárias). Além desse montante, no ano de 2012 foi adiantado o valor de R\$ 2.000 para

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

atendimento às despesas administrativas e operacionais da Celgpar. De 31 de dezembro de 2013 até 31 de dezembro de 2017 foi efetuado Adiantamento para Futuro Aumento de Capital pelo Estado na Celgpar no montante de R\$ 38.305. Observou-se, por sua vez, que do montante adiantado pelo Estado na Celgpar, R\$ 169.539 foram repassados ao acionista majoritário no exercício social de 2017, objeto de quitação parcial de assunção de dívida efetuado por este a favor da Celgpar. Apesar disso, por meio do Ofício nº 646, de 1º de novembro de 2017, o Estado ratificou a decisão de promover a capitalização dos créditos remanescentes desta rubrica, por meio do cumprimento das formalidades legais/societárias de processo de chamamento para aumento de capital, a ser promovido pela Celgpar.

15. Empréstimos e financiamentos

São detalhados os valores devidos por instituição financeira, moeda contratada, bem como os indexadores dos empréstimos e financiamentos e a distribuição dos valores devidos no passivo não circulante.

As principais informações a respeito dos empréstimos e financiamentos estão a seguir demonstradas:

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO			
	31/12/2017		31/12/2016	
	PRINCIPAL		PRINCIPAL	
EM MOEDA NACIONAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Eletrobras (b)	1.553	-	2.329	1.553
Eletra (a)	1.362	2.125	1.152	3.305
Total em Moeda Nacional	2.915	2.125	3.481	4.858

A descrição das características dos principais empréstimos e financiamentos é a seguinte:

- a. ELETTRA - refere-se à parcela do saldo devedor junto à ELETTRA dos empregados da Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT, sendo o saldo atualizado com base nas variações acumuladas do INPC e juros de 6% a.a.
- b. Refere-se ao Contrato ECF-2805/2010 formalizado entre a Eletrobrás e a Controlada Celg GT, no valor de até R\$ 15.551, para cobertura dos custos de ampliação da SE Palmeiras – GO. Esse saldo é atualizado a juros de 5% a.a. incidindo, ainda, taxas de administração de 2% a.a. e comissão de reserva de 1% a.a.;

A composição do saldo devedor em Moeda Nacional, por indexador é a seguinte:

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

CONSOLIDADO - 31/12/2017				CONSOLIDADO - 31/12/2016			
INDEXADOR	Eletronbras	Eletra	Total	INDEXADOR	Eletronbras	Eletra	Total
SEM INDEXADOR	1.553	-	1.553	SEM INDEXADOR	3.882	-	3.882
INPC	-	3.487	3.487	INPC	-	4.457	4.457
Total	1.553	3.487	5.040	Total	3.882	4.457	8.339

Os valores de pagamentos futuros estão distribuídos da seguinte forma:

CONSOLIDADO - 31/12/2017			
Ano	Eletra	Eletronbras/ Outras Instituições	Total
2018	1.362	1.553	2.915
2019	1.206	-	1.206
2020	919	-	919
Total	3.487	1.553	5.040

16. Fornecedores

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE
Fornecedores de Energia Elétrica				
- Outros	-	-	237	-
- Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	53	51
- Imobilizações em Curso	-	-	5.909	5.286
TOTAL	-	-	6.199	5.337
Materiais e Serviços				
TOTAL	28	27	813	872
	28	27	7.012	6.209

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Tributos e contribuições sociais

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE
INSS A PAGAR	57	44	726	582
INSS SOBRE FÉRIAS E 13º SALÁRIO	-	-	804	708
INSS - RETIDO DE TERCEIROS	-	-	291	88
PIS - CORRENTE	-	-	268	83
PIS - RETIDO NA FONTE	-	1	3	4
COFINS - CORRENTE	-	-	1.233	392
COFINS - RETIDO NA FONTE	1	1	15	14
IMPOSTO DE RENDA - CORRENTE	1.240	215.264	2.920	215.264
IMPOSTO DE RENDA - RETIDO NA FONTE	29	23	97	34
CONTRIBUICAO SOCIAL - CORRENTE	448	77.497	1.085	77.497
FONTE	-	-	44	5
IOF	-	123	-	123
ISS - RETIDO DE TERCEIROS	-	-	391	72
FGTS A PAGAR	12	9	306	250
FGTS SOBRE FÉRIAS E 13º SALÁRIO	-	-	223	194
OUTROS	-	-	55	-
TOTAL	1.787	292.962	8.461	295.310

18. Obrigações estimadas

A composição da conta obrigações estimadas é a seguinte:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
	2017	2016	2017	2016
Folha de Pagamento	219	78	3.413	2.829
TOTAL CIRCULANTE	219	78	3.413	2.829

- a) Referem-se às estimativas das obrigações de férias, 13º salário e encargos sobre a folha de pagamento dos empregados da Celgpar e Controlada Celg GT.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Encargos setoriais

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO			
	31/12/2017		31/12/2016	
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Taxa de Fiscalização – ANEEL (a)	44	-	16	-
Compensação Financeira p/Utiliz.Rec.Hídricos	46	-	58	-
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	2.078	-	1.844	-
Pesquisa & Desenvolvimento - P&D (b)	148	2.851	43	2.316
Programa de Inc. Fontes Alternativas - PROINFA	196	-	209	-
TOTAL	2.512	2.851	2.170	2.316

- (a) A Taxa de Fiscalização – Aneel foi instituída pela Lei nº. 9.247/1996 e regulamentada pelo Decreto nº. 2.240/1997. É uma receita destinada à Aneel e cobrada de todos os concessionários, permissionários ou autorizados, representada por 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do benefício econômico anual auferido;
- (b) Pesquisa & Desenvolvimento e Programa de Eficiência Energética – PEE: de acordo com a lei, as concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica estão obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 0,75% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico e, no mínimo, 0,25% de sua receita operacional líquida em programas de eficiência energética.

20. Provisões para contingências e com benefícios pós-emprego

20.a – Provisões para contingências:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA							
	31/12/2017				31/12/2016			
	VALOR DA PROVISÃO				VALOR DA PROVISÃO			
	No Exercício	Provisão	Depósitos	No Exercício	Provisão	Depósitos		
	Baixa	REF.	Acumulada	Judiciais	Baixa	Provisão	Acumulada	Judiciais
NÃO CIRCULANTE								
Trabalhistas								
Diversos	-	B.1	-	20	-	-	20	1
Total Trabalhistas	-		-	20	-	-	20	1
DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO							
	31/12/2017				31/12/2016			
	VALOR DA PROVISÃO				VALOR DA PROVISÃO			
	No Exercício	Provisão	Depósitos	No Exercício	Provisão	Depósitos		
	Baixa	REF.	Acumulada	Judiciais	Baixa	Provisão	Acumulada	Judiciais
NÃO CIRCULANTE								
Trabalhistas / Fiscais								
Diversos	(1.380)	B.1	3.540	7.857	1.182	-	5.697	333
Total Trabalhistas	(1.380)		3.540	7.857	1.182	-	5.697	333

- Os critérios e divulgação das Contingências Passivas consubstanciaram-se na NBC TG 25 – R1 (Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes).

a. Contingências Passivas

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As Contingências da Controladora dizem respeito a processos de natureza trabalhista, onde a mesma figura como segunda ou terceira reclamada sendo, em todos os processos, estimada a probabilidade de perda remota pelo corpo jurídico interno da Companhia.

A Controlada Celg Geração e Transmissão – CELG GT responde por processos judiciais de natureza trabalhista e fiscal, sendo efetuada a provisão suficiente para cobrir tais perdas no montante de R\$ 7.837.

b. Contingências Ativas

Inexistem contingências ativas classificadas com possibilidade de ganhos praticamente certos, inclusive no âmbito tributário.

c. Prescrição Fiscal

Os lançamentos dos principais tributos, pendentes de homologação futura pela Fazenda Nacional, sujeitam a extinção completa da obrigação fiscal ao transcurso do prazo de prescrição de cinco anos contados da data do lançamento.

20.b – Provisões com benefícios pós-emprego (Ver nota 31 – Plano de aposentadoria):

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
	NÃO CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Provisões com Benefícios Pós-Emprego	273	583	1.055	653
TOTAL	273	583	1.055	653

21. Outros credores, obrigações sociais e trabalhistas e tributos diferidos

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA				CONSOLIDADO		
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017		31/12/2016		
	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	
Folha de Pagamento - Incluindo PDV	-	-	91	-	245	-	
Fundação Celg de Seguros e Previdência - Eletra	11	7	214	-	168	-	
Empréstimos Consignados	3	3	488	-	429	-	
Tributos Retidos na Fonte	-	-	816	-	668	-	
Tributos Diferidos (a)	-	-	-	141.175	-	118.975	
Outros	14	4	291	-	207	-	
TOTAL	28	14	1.900	141.175	1.717	118.975	

a- Segue abaixo a composição dos Tributos Diferidos na posição patrimonial consolidada.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Rubrica	CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016
Imposto de renda diferido		
Diferenças temporárias passivas	51	534
Diferenças temporárias passivas - Receita financeira da concessão	19.905	9.267
Diferenças temporárias passivas - Laudo RBSE/RPC	86.638	82.312
Diferenças temporárias ativas	(2.826)	(4.730)
	103.768	87.383
Contribuição social diferida		
Diferenças temporárias passivas	18	193
Diferenças temporárias passivas - Receita financeira da concessão	7.166	3.336
Diferenças temporárias passivas - Laudo RBSE/RPC	31.190	29.632
Diferenças temporárias ativas	(986)	(1.675)
	37.388	31.486
PIS diferido ¹		
Diferenças temporárias passivas	3	15
	3	15
COFINS diferida ¹		
Diferenças temporárias passivas	16	91
	16	91
	141.175	118.975

- a. Tributos sobre provisão de energia elétrica de curto prazo a ser liquidada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, e, sobre ajuste ao valor justo de títulos públicos (receitas financeiras).

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)

COMPOSIÇÃO EM:	CONTROLADORA (PASSIVO A DESCOBERTO)		
	31/12/2017	NO EXERCÍCIO	31/12/2016
Capital Realizado	973.764	-	973.764
Prejuízos Acumulados	(2.862.669)	-	(2.862.669)
(+) RESULTADO acumulado no Exercício	124.768	124.768	-
Total do Patrimônio Líquido	(1.764.137)	124.768	(1.888.905)
Outros Resultados Abrangentes	(12.123)	(402)	(11.721)
Total do Patrimônio Líquido	(1.776.260)	124.366	(1.900.626)

(a) As 32.774 ações ordinárias são escriturais e sem valor nominal;

(b) O valor do Capital Social Realizado da Celgpar, à época de sua constituição, consta do boletim de subscrição anexo à escritura pública de constituição originária de sociedades por ações, sob a denominação da então Companhia Goiás de Participações – Goiáspar. A subscrição foi efetuada levando-se em conta a totalidade do investimento detido pelo Estado de Goiás no capital social da então Companhia Energética de Goiás, atual Celg D, cujos valores nominais se vinculam à aplicação do percentual de participação direta na Celg D, à época correspondente a 98,3262% sob o total do Patrimônio Líquido avaliado, que montava em R\$ 987.296, perfazendo o total do investimento inicial em R\$ 970.770.

O valor patrimonial desse investimento serviu de suporte para a escrituração contábil do capital social inicial da Celgpar no valor de R\$ 970.770, correspondente ao total do Patrimônio Líquido na data de sua constituição, não evidenciando, portanto, a abertura das respectivas rubricas de reservas de reavaliação presentes no Patrimônio Líquido da Celg D. Desta forma, a realização das respectivas reservas de reavaliação da Celg D, ocorridas nos exercícios sociais seguintes e, especificamente no exercício social de 2010, onde ocorreu a sua realização parcial contra o ativo imobilizado reavaliado, provocando a diminuição do seu Patrimônio Líquido e reflexo direto no valor patrimonial do investimento, provocou o efeito direto contra prejuízos acumulados da Celgpar. Este efeito não provocou qualquer impacto nos resultados dos exercícios subsequentes à constituição da Companhia;

(c) A Administração da Celgpar, com vistas ao saneamento parcial da situação de Passivo a Descoberto da Companhia, pretende capitalizar, nos próximos exercícios sociais, os Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital efetuados pelo Estado de Goiás, que totalizaram em 31 de dezembro de 2017 o montante de R\$ 1.252.877 (Ver NE 14). As outras medidas cabíveis estarão vinculadas aos resultados futuros da Controlada Celg GT.

(d) Os outros resultados abrangentes se referem ao seguinte: 1) Reflexo dos outros resultados abrangentes reconhecidos diretamente contra o Patrimônio Líquido da Celg D, concernente ao passivo atuarial vinculado ao Plano de Assistência de Saúde mantido pela mesma, no montante de R\$ 11.068; 2) Passivo atuarial vinculado ao Plano de Previdência patrocinado pela Celgpar, decorrente de avaliação atuarial efetuada por atuário externo, no montante de R\$ 273 (Ver Nota 31); e 3) Passivo atuarial vinculado ao Plano de Previdência patrocinado

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

pela Controlada Celg GT, decorrente de avaliação atuarial efetuada por atuário externo, no montante de R\$ 782.

23. Receita de suprimento de curto prazo, receitas de construção, outras receitas e deduções da receita

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016
Suprimento (23.1)	4.021	3.736
Receita de Construção (23.2) (23.3.1)	99.272	32.056
Outras Receitas Operacionais (23.3.1)	168.562	429.962
(-) Deduções da Receita (23.4)	(22.534)	(24.149)
TOTAL - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	249.321	441.605

23.1 A composição da receita de suprimento de curto prazo é a seguinte:

CLASSES	CONSOLIDADO	
	R\$mil	
	31/12/2017	31/12/2016
Suprimento	4.021	3.736
TOTAL GERAL	4.021	3.736

23.2 A receita de construção foi reconhecida pelo mesmo montante dos custos de construção pela controlada Celg GT. Tais valores são de obrigatório reconhecimento pela ITG 01 (Contratos de Concessão) e correspondem ao custo de construção das obras da concessão de geração e transmissão de energia elétrica, não existindo margem de lucro. Desta forma, a receita de construção é igual ao custo de construção. No encerramento das Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 as receitas consolidadas totalizaram R\$ 99.272 e R\$ 32.056 respectivamente.

23.3 Outras Receitas:

23.3.1 – Outras Receitas - Componentes da Receita Bruta:

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	
	R\$mil	
	31/12/2017	31/12/2016
Serviços de Operação e Manutenção (a)	57.497	56.147
Serviços de Construção	99.272	32.056
Financeira da Concessão	73.786	44.567
Receita Laudo RBSE/RPC (b)	37.279	329.248
TOTAL	267.834	462.018

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) Remuneração destinada pelo poder concedente para fazer face aos custos de operação e manutenção dos ativos de geração e transmissão;
- (b) Ver Nota Explicativa nº 10, referente ao reconhecimento de ajuste a valor justo dos Ativos Financeiros da Concessão de Transmissão.

23.3.2 – Outras Receitas – Não Operacionais:

DESCRIÇÃO - OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
CUSTOS DE TRANSAÇÃO NÃO INCORRIDOS - ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTO PERMANENTE	60	-	60	-
ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTO PERMANENTE-49% DAS AÇÕES DA CELG D	-	1.104.359	-	1.104.359
REVERSÃO PROVISÃO PARA DESVALORIZAÇÃO DE INVESTIMENTO PERMANENTE - CELG D	-	358.620	-	358.620
VENDA DA FOLHA DE PAGAMENTO DA CELGP - CAIXA	-	1.720	-	1.720
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	-	-	853	-
TOTAL - OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	60	1.464.699	913	1.464.699

23.4 Deduções da Receita:

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016
PIS	1.778	1.168
COFINS	8.191	5.384
Quota para reserva global de reversão	-	423
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	354	162
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos-CFURH	262	329
Pesquisa e desenvolvimento de eficiência energética	747	391
Conta de desenvolvimento energético	8.586	13.570
Outros encargos - PROINFA	2.616	2.722
TOTAL	22.534	24.149

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Custos, despesas operacionais e outras despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais de caráter geral e administrativo, especificados na Demonstração do Resultado do Exercício, possuem as seguintes composições por natureza de gastos.

COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS E DESPESES OPERACIONAIS NATUREZA DE GASTOS	CONTROLADORA			
	DESPESES		TOTAL	
	GERAIS E ADMINISTRATIVAS			
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Pessoal e Administradores	3.403	1.927	3.403	1.927
Material	3	-	3	-
Serviços de Terceiros	373	398	373	398
Depreciação/Amortização	3	2	3	2
Provisão/Reversão para Contingências	-	20	-	20
Tributos	284	147	284	147
Outras	224	165	224	165
TOTAL	4.290	2.659	4.290	2.659

COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS E DESPESES OPERACIONAIS NATUREZA DE GASTOS	CONSOLIDADO					
	CUSTO DO SERVIÇO		DESPESES		TOTAL	
	OPERAÇÃO		GERAIS E ADMINISTRATIVAS			
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Energia Elétrica Comprada para Revenda	110	-	-	-	110	-
Encargos de Transmissão, Conexão e Distribuição	554	957	-	-	554	957
Pessoal e Administradores	16.087	18.594	24.777	20.406	40.864	39.000
Material	151	109	739	785	890	894
Serviços de Terceiros	5.549	4.624	4.045	4.030	9.594	8.654
Depreciação/Amortização	68	817	906	1.241	974	2.058
Amortização - Ativo Financeiro	239	-	224	46	463	46
Provisão/Reversão p/Crédito Liq. Duvidosa	588	42	-	-	588	42
Provisão/Reversão para Contingências	-	-	2.651	4.425	2.651	4.425
Provisão/Reversão para Redução ao Valor Recuperável	-	5.986	-	-	-	5.986
Tributos	13	470	1.007	338	1.020	808
Recuperação de Custos/Despesas	(298)	(252)	(14)	(81)	(312)	(333)
Custos de Construção	99.272	32.056	-	-	99.272	32.056
Outras	282	597	1.640	1.090	1.922	1.687
TOTAL	122.615	64.000	35.975	32.280	158.590	96.280

25. Seguros

A Companhia e sua Controlada, em 31 de dezembro de 2017, não possuíam apólice de seguro de seus bens e instalações. Assim sendo, e tomando por base a obrigatoriedade de contratação de seguro patrimonial prevista nos respectivos Contratos de Concessão, evidencia-se abaixo a posição das tratativas acerca deste assunto:

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- 1) Atividades de Geração e Transmissão: a Administração da Controlada Celg GT efetuou, ao longo do exercício de 2014, uma pré-análise dos respectivos bens e instalações a serem segurados, tomando por base a previsibilidade desta avaliação nos respectivos Contratos de Concessão. Não obstante a isto, e considerando as tratativas vinculadas ao laudo elaborado por conta da definição do Valor Novo de Reposição dos Ativos de Transmissão não indenizados, a Administração da Controlada optou por avançar com estas definições ao longo dos exercícios de 2015, 2016, e 2017 no sentido de se contemplar os resultados conciliados desta avaliação depurando, por sua vez, possíveis sobras contábeis advindas deste processo. Esta definição avançou para o exercício de 2018, conforme tratativas já implementadas pela Administração, no sentido de se obter cotações condizentes com a realidade de mercado e, por sua vez, se determinar o rol de ativos elétricos a serem segurados.

26. Encargos financeiros e efeitos inflacionários

Não houve transferência de encargos financeiros e efeitos inflacionários para o ativo imobilizado em curso por não existir, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, capital de terceiros vinculado a obras em andamento.

27. Remuneração dos administradores e empregados

A remuneração de empregados e dirigentes da Celgpar e de sua Controlada observam os critérios estabelecidos no Plano de Cargos e Remuneração - PCR. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a maior e menor remuneração atribuída a empregados ocupantes de cargos permanentes, relativas ao mês de dezembro/2017, foram R\$ 40 e R\$ 4, respectivamente. Aos membros de diretoria e assessoria da Celgpar, a maior e menor remuneração corresponde a R\$ 40 e R\$ 4, não sendo cumulativa para os diretores da Controladora comuns à Controlada.

Remuneração do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017:

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA			TOTAL
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL	DIRETORIA ESTATUTÁRIA (1)	
Número de Membros	9	5	3	17
Remuneração Fixa até o final do Exercício	468	260	1.560	2.288
Salário ou pró-labore	468	260	1.560	2.288
Benefícios diretos e indiretos	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração por participação em Comitês	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração Variável	n/a	n/a	n/a	n/a
Bônus	n/a	n/a	n/a	n/a
Participação nos Resultados	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração por Participação em Reuniões	n/a	n/a	n/a	n/a
Comissões	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios pós-emprego	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração baseada em ações	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor Total da Remuneração, por órgão	468	260	1.560	2.288

n/a = não aplicável

(1) Dois membros da Diretoria foram remunerados pela Controlada Celg GT e um pela Celgpar, em cumprimento ao princípio da não cumulatividade das remunerações, quando do exercício comum das gestões pelos mesmos administradores.

Remuneração do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL	DIRETORIA ESTATUTÁRIA (1)
Número de Membros	9	5	3
Valor da maior remuneração individual	4	4	40
Valor da menor remuneração individual	4	4	40
Valor médio da remuneração individual	4	4	40

n/a = não aplicável

(1) Dois membros da Diretoria foram remunerados pela Controlada Celg GT e um pela Celgpar, em cumprimento ao princípio da não cumulatividade das remunerações, quando do exercício comum das gestões pelos mesmos administradores.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Resultado financeiro

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/01/2017 - 31/12/2017	01/01/2016 - 31/12/2016	01/01/2017 - 31/12/2017	01/01/2016 - 31/12/2016
Receitas				
Variações Monetárias	-	-	446	582
Rendas	67.128	8.678	69.823	20.027
Outras	-	1	1	358
Total das Receitas	67.128	8.679	70.270	20.967
Despesas				
Variações Monetárias	-	-	(242)	(622)
Encargos de Dívidas	(207)	(83.894)	(1.708)	(85.142)
Outras - inclui IOF aplicações financeiras	(7.388)	(1)	(7.430)	(43)
Total das Despesas	(7.595)	(83.895)	(9.380)	(85.807)
TOTAL GERAL - RESULTADO FINANCEIRO	59.533	(75.216)	60.890	(64.840)

29. Imposto de renda e contribuição social

Rubrica	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Imposto de renda e contribuição social correntes				
Contribuição social corrente	4.968	77.497	7.395	77.551
Imposto de renda corrente	13.776	215.264	20.598	215.398
	18.744	292.761	27.993	292.949
Imposto de renda e contribuição social diferidos				
Contribuição social diferida	-	-	5.902	31.486
Imposto de renda diferido	-	-	16.385	87.383
	-	-	22.287	118.869
	18.744	292.761	50.280	411.818

As despesas de Imposto de Renda e de Contribuição Social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem o imposto corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos os valores líquidos desses efeitos fiscais.

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado consolidado está demonstrada abaixo:

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Rubrica	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Resultado líquido antes dos impostos	143.512	1.736.787	175.048	1.855.844
Tributos sobre o lucro a alíquota nominal de 34%	48.794	590.508	89.507	713.432
Exclusões ao lucro contábil - efeito fiscal da equivalência patrimonial na Controlada Celg GT - à razão de 34%	(29.946)	(43.570)	(29.946)	(43.570)
Diferenças permanentes	-	-	(7.486)	(717)
Diferenças temporárias	-	-	(22.287)	(121.904)
Prejuízos fiscais e base de cálculo negativa	(104)	(254.177)	(1.771)	(254.268)
Diferencial de alíquota de imposto de renda	-	-	(24)	(24)
Imposto de renda e contribuição social correntes	18.744	292.761	27.993	292.949
Diferenças temporárias	-	-	22.287	121.904
Diferenças temporárias de exercícios anteriores	-	-	-	(3.035)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	22.287	118.869
Tributos sobre o lucro	18.744	292.761	50.280	411.818
Alíquota fiscal efetiva dos tributos sobre o lucro	13,1%	16,9%	28,7%	22,2%

30. Resultado por ação

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado atribuível aos acionistas controladores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e a respectiva quantidade média de ações ordinárias e preferenciais em circulação neste período, comparativamente com o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 conforme quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA	
	31/12/2017	31/12/2016
Lucro Líquido do Exercício Atribuível aos Acionistas:		
Ações Ordinárias	124.768	1.444.026
Total	124.768	1.444.026
Média Ponderada das Ações Ordinárias	32.774	32.774
Total	32.774	32.774
Lucro Básico e Diluído por Ação Ordinária	3,807	44,060

31. Instrumentos financeiros e riscos operacionais

Em atendimento à Deliberação CVM nº 763, de 22 de dezembro de 2016, que aprovou a NBC TG 48 (Instrumentos Financeiros); a Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou a NBC TG 39 – R4 (Instrumentos Financeiros: Apresentação); a Deliberação CVM 684, de 30 de agosto de 2012, que aprovou a NBC TG 40 – R2 (Instrumentos Financeiros: Evidenciação); e a Instrução CVM 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia e sua

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controlada efetuaram a avaliação de seus instrumentos financeiros, sendo eles: a) Numerário disponível (equivalente ao valor contábil); b) Contas a receber (sujeitas a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável; e c) Empréstimos e financiamentos (medidos a valor justo e contabilizados por valores contratuais).

a. Considerações sobre os riscos

Os negócios da Controlada Celg GT compreendem, principalmente, a geração e transmissão de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, cujas atividades e tarifas são reguladas pela ANEEL. Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são os seguintes:

a.1 Risco de taxa de juros:

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Controlada vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos. Os empréstimos e financiamentos, quando aplicáveis, e vinculados a projetos específicos de infraestrutura básica, obtidos em moeda estrangeira junto a instituições internacionais de desenvolvimento possuem taxas menores, compatíveis com tais operações, não disponíveis no mercado financeiro nacional.

a.2 Risco de crédito:

O risco de crédito surge da possibilidade de a Controlada vir a incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados a seus clientes. Esse risco está intimamente relacionado com fatores internos e externos e para reduzir esse tipo de risco a Companhia atua na gerência das contas a receber implementando políticas específicas de cobrança. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas na realização desses.

a.3 Risco quanto à escassez de energia:

Trata-se de risco de déficit de energia, decorrente de condições climáticas desfavoráveis quanto à ocorrência de chuvas, dado que a matriz energética brasileira está baseada em fontes hídricas. Anos de estiagem prolongada influenciam o volume de água em estoque nos reservatórios das usinas que, em níveis críticos, elevam o risco de desabastecimento de energia. Neste cenário, eventuais impactos no consumo de energia elétrica podem ocasionar perdas em razão da redução de receitas para a Controlada Celg GT. Verifica-se que as principais bacias hidrográficas do país, onde estão localizados os reservatórios das regiões Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste, tem enfrentado situações climáticas adversas nos últimos anos, levando os órgãos responsáveis pelo setor a adotarem medidas de otimização dos recursos hídricos para garantir o pleno atendimento ao sistema elétrico. Com base nestas perspectivas, e em relação ao risco de curto prazo, o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE tem apontado equilíbrio entre a demanda e a oferta de energia, mantendo os índices dentro da margem de segurança. Por outro lado, esse risco é calculado mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS que, segundo informações do plano mensal de operação divulgado no site www.ons.org.br, não prevê um programa de racionamento para os próximos dois anos.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

32. Transações com partes relacionadas

As principais operações realizadas com a Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT, e o Acionista Controlador Estado de Goiás, podem ser resumidas como a seguir demonstrado:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ativo Circulante				
Celg Geração e Transmissão S.A. - CELG GT (2)	1.868	1.789	-	-
Celg Geração e Transmissão S.A. - CELG GT (3)	20.950	57.952	-	-
TOTAL:	22.818	59.741	-	-
Ativo Não Circulante				
Celg Geração e Transmissão S.A. - CELG GT (2)	3.211	5.218	-	-
TOTAL DO ATIVO:	3.211	5.218	-	-
Passivo Não Circulante				
Estado de Goiás (1)	1.533.588	2.157.785	1.533.588	2.157.785
TOTAL DO PASSIVO:	1.533.588	2.157.785	1.533.588	2.157.785

(1) Refere-se ao Contrato de Assunção de Dívida efetuado pelo Estado de Goiás com a Caixa Econômica Federal, referente ao Contrato de Financiamento nº. 0412.113-76/2014;

(2) Contrato de Mútuo Financeiro firmado entre a Celgpar e a Celg GT, assinado em 28 de dezembro de 2016;

(3) Dividendos mínimos obrigatórios distribuídos pela Celg GT, em 31.12.2016 e 31.12.2017, respectivamente.

33. Plano de aposentadoria

A Celgpar é patrocinadora da FUNDAÇÃO CELG DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA - ELETRA, pessoa jurídica sem fins lucrativos, que tem por finalidade principal a complementação dos benefícios concedidos pela previdência oficial aos empregados da companhia. A seguir, apresentam-se as principais informações quanto aos benefícios aos associados e seus reflexos na patrocinadora:

a) Definição dos tipos de benefícios

A Celgpar, através da ELETRA, oferece aos seus empregados o plano denominado Plano Misto de Benefícios - CELGPREV, instituído a partir de setembro de 2000, na característica de Contribuição Definida - CD, durante o período de acumulação e de Benefício Definido, na fase de pagamento.

A Celgpar tem responsabilidade, no Plano Misto, e na fase de acumulação, variável em função das quotas de recolhimentos dos associados, todavia limitada a um máximo de 20% das remunerações mensais. Na fase de pagamento, após a transferência da reserva acumulada em conta coletiva para o beneficiário da renda vitalícia, a Companhia assume a responsabilidade apenas pela variação negativa das hipóteses de sobrevivência.

b) Descrição do Plano Misto de Benefícios - CELGPREV

b1) Características

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O plano prevê a acumulação de reservas individualizadas, por recolhimento mensal de quotas pelos ativos e pela patrocinadora, com base compulsória de 2% sobre os salários, acrescidas de contribuições facultativas definidas pelos participantes em que a patrocinadora acompanha até o limite de 20% dos salários. Há ainda, contribuições extraordinárias do participante sem contrapartida da patrocinadora. O saldo de quotas acumulado na data de concessão do benefício é transformado em renda vitalícia. Os aportes patronais são mantidos em conta coletiva até a data da concessão, quando se transformam em nominativos aos beneficiários.

Os benefícios do Plano são os seguintes:

BENEFÍCIO
Suplementação de Aposentadoria
Suplementação de Aposentadoria por Invalidez
Suplementação de Pensão
Suplementação de Abono Anual

c) Estatísticas dos participantes e assistidos do Plano CELGPREV

ESTATÍSTICAS	CONTROLADORA 31/12/2017
Participantes Ativos	4
Idade Média (anos)	52,2
Salário Médio (R\$)	6.835
Aposentados Válidos	1
Idade Média (anos)	59,2
Benefício Médio (R\$)	6.193

d) Custo do Patrocinador

Até o final do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o montante de contribuições da Celgpar para a ELETRA foi de R\$ 116.

e) Política adotada para reconhecimento de Perdas e Ganhos atuarias:

e1) De acordo com a Lei Complementar nº. 108, de 29 de maio de 2001, os resultados deficitários dos planos devem ser equacionados paritariamente entre as Patrocinadoras, os Participantes e os Assistidos, enquanto que os superávits são destinados à constituição de reserva de contingência.

e2) De acordo com a divulgação dos Resultados Atuariais, efetuado por empresa de consultoria independente, com base na NBC TG 33 – R1 (Benefícios a Empregados), o Plano Celgprev apresentou montante para Valor da Obrigação Atuarial do Plano, comparativamente aos resultados de 31/12/2016. Dessa forma foi efetuado o reconhecimento de passivo atuarial no

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

valor de R\$ 273, contra resultados abrangentes, à luz da NBC TG 33 – R1 (Benefícios a Empregados).

34. Outras informações

a. Conciliação entre o Lucro Líquido e o Caixa Líquido Gerado/Consumido nas Atividades Operacionais

Conforme as orientações do item 20A da NBC TG 03 – R2 (Demonstração dos Fluxos de Caixa), a conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa das atividades operacionais deve ser fornecida, caso a entidade utilize o Método Direto para apurar o fluxo líquido das atividades operacionais. Abaixo a referida conciliação:

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	124.768	1.444.026	124.768	1.444.026
MAIS	210	83.916	129.612	257.188
Depreciação	3	2	1.437	2.058
Custo da Construção	-	-	99.272	32.056
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	100	42
Outras Despesas Financeiras - Variações Monetárias	207	83.894	450	84.380
Provisão para Redução ao Valor Recuperável	-	-	-	5.986
Diferimento de Tributos	-	-	22.292	118.952
Provisão/Reversão de energia elétrica de curto prazo-CCEE	-	-	-	292
MENOS	(155.337)	(1.821.620)	(300.141)	(1.998.797)
Ganho de Equivalência Patrimonial	(88.209)	(349.963)	(22.514)	(118.784)
Receita da Construção	-	-	(99.272)	(32.056)
Outras Receitas Financeiras - Variações Monetárias	(67.128)	(8.678)	(67.128)	(10.492)
Reversão da Desvalorização de Participações Societárias Permanentes	-	(358.620)	-	(358.620)
Ganhos em Alienação de Participações Societárias	-	(1.104.359)	-	(1.104.359)
Receita Financeira da Concessão	-	-	(73.786)	(44.567)
Receita operacional - Laudo RBSE/RPC	-	-	(37.279)	(329.248)
Diferimento de Tributos	-	-	-	(27)
Outros Custos e Despesas e Provisões/Reversões	-	-	(162)	(644)
AJUSTES POR VARIAÇÃO NO CAPITAL DE GIRO LÍQUIDO	(233.824)	291.211	(198.593)	300.242
Contas a receber	-	-	29.533	10.380
Créditos fiscais	-	-	5.765	(298)
Outros devedores/Dividendos	57.952	17	57.459	(43)
Estoques	-	-	(938)	118
Despesas pagas antecipadamente	-	-	43	(297)
Fornecedores	1	5	(58)	284
Obrigações Sociais e Trabalhistas	-	(6)	(2.583)	662
Tributos e contribuições sociais	(291.175)	292.919	(291.175)	292.919
Obrigações estimadas	141	31	141	31
Encargos Setoriais	-	-	877	(487)
Benefício Pós-Emprego	-	-	42	13
Outros credores	14	(1.709)	(573)	(2.001)
Outras variações ativas e passivas	(757)	(46)	(757)	(46)
CAIXA LÍQUIDO GERADO(CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(264.183)	(2.467)	(244.354)	2.659

b. Autorização para Apresentação das Demonstrações Financeiras

Eventos subsequentes ao período a que se referem essas Demonstrações Financeiras são eventos, favoráveis ou desfavoráveis, que ocorrem entre a data final do período a que se referem, ou seja, 31 de dezembro de 2017, e a data na qual é autorizada a emissão dessas Demonstrações.

As Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017 da Celgpar tiveram sua emissão autorizada no âmbito da Diretoria em 26 de março de 2018, e foram apreciadas no âmbito dos Conselhos de Administração e Fiscal em 27 de março de 2018.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c. Continuidade Operacional

Objetivando estabelecer as condições de continuidade operacional da Companhia, a Administração da Celgpar pretende implementar as seguintes medidas nos próximos exercícios sociais:

- i. No saneamento parcial da situação de Passivo a Descoberto capitalizar, dada à condição de Companhia Aberta da Celgpar, os Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital efetuados pelo Estado de Goiás, que totalizaram em 31 dezembro de 2017 o montante de R\$ 1.252.877 (Ver NE 14);
- ii. Manter, quando necessárias, as solicitações de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital, junto ao Estado de Goiás, em níveis condizentes com sua execução orçamentária, buscando garantir a situação de adimplência com fornecedores, governo e financiadores;
- iii. Estabelecer condições de gerenciamento e captura dos resultados futuros e fluxo de dividendos da Controlada Celg GT, a partir da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro das concessões de geração e transmissão.

d. Evento Subsequente – Capitalização de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital na Controlada Celg GT

Conforme Nota Explicativa nº 11, a Celgpar detinha consignado o montante de R\$ 52.000, como Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFAC na Controlada Celg GT, em 31 de dezembro de 2017. Conforme deliberações no âmbito da 75ª Assembleia Geral Extraordinária de acionista da Celg GT, de 03 de janeiro de 2018, ocorreu a capitalização de R\$ 50.000 destes AFAC, sendo que a respectiva ata encontra-se em fase de registro na Junta Comercial do Estado de Goiás.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: José Fernando Navarrete Pena

Membros: José Fernando Navarrete Pena, José Taveira Rocha, Elie Issa El Chidiac, Luiz Antônio Faustino Maronezi, Flávio Lopes de Assis, Paulo Roberto Miguez Bastos da Silva, Celso Flores Pinto, Sérgio Augusto Inácio de Oliveira e Ruy Rocha de Macedo.

CONSELHO DE FISCAL

Presidente: Enio Pascoal

Membros: Enio Pascoal, Fernando Xavier da Silva, Rene Pompeo de Pina, Moacyr Augusto da Silva Salomão e Leonardo Michelsem Monteiro de Barros.

DIRETORIA

Braulio Afonso Moraes
Diretor-Presidente

CPF: 082.965.101-20

Humberto Tannus Júnior
Diretor Vice-Presidente e de relações
com Investidores
CPF: 167.058.231-00

Glória Edwiges Miranda Coelho
Diretora de Gestão Corporativa
CPF: 339.755.661-91

Eduardo José dos Santos
Contador – CRC-GO 13.496/O-8
CPF: 767.706.561-91

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras
individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e
consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia CELG de Participações – CELGP
Goiânia – GO

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia CELG de Participações S/A - CELGP ("CELGP" ou "Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia CELG de Participações S/A - CELGP em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossos trabalhos de auditoria foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Passivo a descoberto

Conforme mencionado na nota explicativa nº 22, a Companhia, está com um passivo a descoberto no montante de R\$ (1.776.260) mil, que dependerá da capacidade de realização de seus ativos e seus investimentos em valores suficientes para cobrir as obrigações circulantes e não circulantes. A Companhia detém, para o saneamento parcial da situação de passivo a descoberto junto ao estado de Goiás, referente a Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital, que totalizaram em 31 de dezembro de 2017 o montante de R\$ 1.252.877 mil. Adicionalmente, destacamos que o saldo do passivo a descoberto da Companhia totaliza o montante de R\$ 523.383 mil, se houver a integralização do AFAC. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras
individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria da demonstração financeira como um todo e na formação de nossa opinião sobre essa demonstração financeira e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

a) Ativo Financeiro na controlada (Nota explicativa 10)

Conforme Nota Explicativa nº 10, o principal ativo da Companhia é seu ativo financeiro no montante de R\$ 830.915 mil (R\$ 669.493 em 31 de dezembro de 2016), segregado em curto e longo prazo, de acordo com a vigência do contrato de concessão. Esses saldos estão segregados com o contrato de concessão nº 063/2001, referente a subestações e linhas de transmissão, contrato de concessão nº 03/2015, linha de transmissão Itumbiara - Paranaíba, contrato de concessão nº 02/2016, Usina de Rochedo, contrato de concessão nº 04/2016, Subestação Luziânia e Portaria MME nº 352/2013, Usina de São Domingos. A administração registra os contratos de concessão de geração/transmissão de energia dentro dos critérios de aplicação da interpretação técnica 01 – ICPC 01 (R1), reconhecendo o ativo financeiro à medida do seu direito contratual de recebimento, garantindo o seu direito incondicional de recebimento de caixa se a concedente garantir em contrato o pagamento de valores acordados.

Esse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos valores envolvidos e os eventuais impactos por julgamentos e entendimentos dos registros do ativo financeiro da Companhia.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto?

Especificamente para o ativo financeiro, nossos procedimentos de auditoria incluíram os seguintes testes: revisão dos cálculos da indenização, discussão com os principais envolvidos no processo administrativo da Companhia, leitura de todos os Despachos, Portarias e Contratos de Concessão relacionados ao tema. Testes nos controles auxiliares da Companhia na composição do ativo financeiro, da receita de operação e construção, receitas financeiras. Adicionalmente efetuamos testes de adições, baixas e transferências do ativo imobilizado e intangível, que geram impacto na movimentação dos fluxos de caixa dos ativos financeiros da Companhia, solicitando documentos comprobatórios dos registros contábeis.

Também informamos que focamos na adequação das notas explicativas e divulgações efetuadas pela Companhia.

b) Investimentos na controlada (Nota explicativa 11)

Conforme na Nota Explicativa nº 11, na demonstração financeira da controlada CELG GT possui registrado, em 31 de dezembro de 2017, saldos de coligadas e controladas em conjunto “joint venture” no montante de R\$ 158.961 (R\$ 135.233 mil em 31 de dezembro de 2016), esses saldos sofreram um aumento devido aportes e AFAC e equivalência patrimonial das investidas. A Companhia detém 20% (vinte por cento) da Energética Fazenda Velha S/A, com a concessão de 35

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras
individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

anos, a participação na Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S/A são de 10% (dez por cento), a Energética Corumbá III S/A a participação é de 37,50% (trinta e sete vírgula cinco por cento), na Pantanal Transmissão S/A a Companhia participa de 49% (quarenta e nove por cento), Lago Azul Transmissão S/A a participação acionário de 50,1% (cinquenta vírgula um por cento) e Firminópolis Transmissão S/A a participação de 49% (quarenta e nove por cento) do capital social.

Esse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos entre as coligadas e joint ventures, sendo que a Administração da Companhia necessita de um rigoroso controle desses investimentos para que seus saldos quando consolidados tenham segurança na determinação dos valores apresentados.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a revisão dos controles internos da Companhia sobre as informações de suas investidas para base do cálculo da equivalência patrimonial, a revisão dos cálculos e composições de participação individual em cada investida, validação dos controles analíticos elaborados pela Administração da Companhia, testes na efetivação do saldo de equivalência patrimonial, movimentação do mapa de investimento e leitura de todos as demonstrações financeiras destas investidas. Também efetuamos a análise da razoabilidade dos cálculos matemáticos incluídos em tais documentos. Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria da demonstração financeira da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com a demonstração financeira e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação à demonstração financeira tomada em conjunto.

Seguros

Mesmo não sendo escopo de nossos trabalhos avaliar a razoabilidade da cobertura de seguros da Companhia, conforme mencionado na nota explicativa nº 25 da Companhia, em 31 de dezembro de 2017, não possui apólice de seguro de seus bens e instalações. Assim sendo, e tomando por base a obrigatoriedade de contratação de seguro patrimonial prevista nos respectivos Contratos de Concessão, a Companhia está em tratativas acerca deste assunto por atividade.

Outras informações que acompanham a demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras
individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre a demonstração financeira não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstração financeira livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração da demonstração financeira, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração da demonstração financeira.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras
individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações na demonstração financeira ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se a demonstração financeira representa as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Blumenau (SC), 27 de março de 2018.

Berkan Auditores Independentes S.S.
CRC SC-009075/O-7 S GO

Bradley Ricardo Moretti
Contador CRC SC-023618/O-6 S GO

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Parecer do Conselho Fiscal e Declarações de Concordância
Em 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Celg de Participações -CELGP, em cumprimento à Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e às demais disposições legais e estatutárias, conheceram e examinaram o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras Consolidadas e os respectivos documentos complementares, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Com base nos exames efetuados e, considerando, ainda, o Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras, sem ressalvas, emitido pela Berkan Auditores Independentes S.S., em 27 de março de 2018, bem como as informações e esclarecimentos recebidos da Administração da Companhia Celg de Participações - CELGP no decorrer do exercício, opinam que os referidos documentos estão em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia Geral Ordinária de acionistas.

Goiânia, 27 de março de 2018.

Enio Pascoal
Presidente

Fernando Xavier da Silva
Conselheiro Fiscal

Rene Pompeo de Pina
Conselheiro Fiscal

Moacyr Augusto da Silva Salomão
Conselheiro Fiscal

Leonardo Michelsem Monteiro de Barros
Conselheiro Fiscal

**DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM O PARECER DOS
AUDITORES INDEPENDENTES**

Os Diretores da Companhia Celg de Participações - CELGP, em cumprimento ao disposto no Art. 25, inciso V da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, e às disposições estatutárias, declaram que reviram, discutiram e concordam com o Parecer, sem ressalvas, da Berkan Auditores Independentes S.S., emitido em 27 de março de 2018, referente às Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2017.

Goiânia, 27 de março de 2018.

Braulio Afonso Morais
Diretor-Presidente
CPF nº. 082.965.101-20

Humberto Tannus Júnior
Diretor Vice-Presidente e de Relações
com Investidores
CPF nº. 167.058.231-00

Glória Edwiges Miranda Coelho
Diretora de Gestão Corporativa
CPF: 339.755.661-91

**DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM AS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS**

Os Diretores da Companhia Celg de Participações - CELGPAR, em cumprimento ao disposto no Art. 25, inciso VI da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, e às disposições estatutárias, declaram que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2017.

Goiânia, 27 de março de 2018.

Braulio Afonso Morais
Diretor-Presidente
CPF nº. 082.965.101-20

Humberto Tannus Júnior
Diretor Vice-Presidente e de Relações
com Investidores
CPF nº. 167.058.231-00

Glória Edwiges Miranda Coelho
Diretora de Gestão Corporativa
CPF: 339.755.661-91